

CHE GUEVARA: CONTRIBUIÇÃO
AO PENSAMENTO REVOLUCIONÁRIO

Manolo Monereo Pérez

CHE GUEVARA: CONTRIBUIÇÃO
AO PENSAMENTO REVOLUCIONÁRIO

EXPRESSÃO
POPULAR

Copyright © 2001, by Editora Expressão Popular

Projeto gráfico, diagramação e capa
ZAP Design

Foto da capa
Oswaldo Salas e Roberto Salas

Tradução
Ana Corbisier

Impressão
Cromosete

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada
ou reproduzida sem a autorização da editora.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Central da UEM. Maringá - PR.

M742c Che Guevara: Contribuição ao pensamento revolucionário /
Manolo Monereo Péres. - São Paulo : Expressão Popular, 2001.
128 p.: il.
Livro indexado em GeoDados [http://
www.geodados.uem.br](http://www.geodados.uem.br)
ISBN 85-87394-43-3
1. Teoria Política (Che Guevara). 2. Guevara, Ernesto
de la Serna, 1928-1967. 3. Pensamento Revolucionário. 4.
Ideologia Política. I. Título.

CDD 21.ed. 320.5
CIP-NBR 12899

4ª edição: agosto de 2002

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR LTDA
Rua Bernardo da Veiga, 14
CEP 01252-020 - São Paulo-SP
Fone/Fax: (11) 3105-9500
Correio eletrônico: vendas@expressaopopular.com.br

Sumário

Breve Meditação sobre um Retrato de Che Guevara	7
<i>José Saramago</i>	
O legado de Che Guevara	11
<i>João Pedro Stedile</i>	
Agradecimentos	23
Para ler o Che	25
O marxismo do Che: o comunismo como concepção do mundo, movimento e finalidade	29
Che Guevara e a Revolução Cubana	41
Uma nova fase na luta pela libertação: da solidariedade à “internacional dos proletários e camponeses contra o inimigo comum”	55
Que transição? Transição e transições	65
Duas formas de organizar a economia: os fins estão nos meios	75

Planejamento, mercado, socialismo	85
O modelo soviético: Elementos para uma crítica	103
A Transição Socialista: Transformar a Sociedade, Emancipar as Pessoas.	111
CONCLUSÕES	119
Bibliografia	124

Breve Meditação sobre um Retrato de Che Guevara

José Saramago

“Nãõ importa que retrato. Um qualquer: sério, sorrindo, de arma na mão, com Fidel ou sem Fidel, discursando nas Nações Unidas, ou morto, de tronco nu e olhos entreabertos, como se do outro lado da vida ainda quisesse acompanhar o rasto do mundo que teve de deixar, como se não se resignasse a ignorar para sempre os caminhos das infinitas crianças que estavam por nascer. Sobre cada uma destas imagens poder-se-ia discorrer profusamente, de um modo lírico ou de um modo dramático, com a objectividade prosaica do historiador ou simplesmente como quem se dispôs a falar do amigo que percebe ter perdido porque o não chegou a conhecer...

“Ao Portugal infeliz e amordaçado de Salazar e de Caetano chegou um dia o retrato clandestino de Ernesto Che Guevara, o mais célebre de todos, aquele feito com manchas fortes de ne-

gro e de vermelho, que se tornou em imagem universal dos sonhos revolucionários do mundo, promessa de vitórias a tal ponto férteis que nunca antes haveriam de murchar em rotinas e cepticismos, antes dariam lugar a outros muitos triunfos, o do bem sobre o mal, o do justo sobre o injusto, o da liberdade sobre a necessidade, emoldurado ou seguro à parede por meios precários, esse retrato assistiu a debates políticos apaixonados na terra portuguesa, exaltou argumentos, minorou desânimos, acalentou esperanças. Foi olhado como um Cristo que tivesse descido da cruz para descrucificar a humanidade, como um ser dotado de poderes absolutos que fosse capaz de extrair de uma pedra a água com que se matariam todas as sedes e transformar essa mesma água no vinho com que se beberia ao esplendor da vida. E tudo isto era certo porque o retrato de Che Guevara foi, aos olhos de milhões de pessoas, o retrato da dignidade suprema do ser humano.

“Mas foi também usado como adorno incongruente em muitas casas da pequena e da média burguesia intelectual portuguesa, para cujos habitantes as ideologias políticas de afirmação socialista não passavam de um mero capricho conjuntural, forma supostamente arriscada de ocupar ócios mentais, frivolidade mundana que não pôde resistir ao primeiro choque da realidade, quando os factos vieram exigir o cumprimento das palavras. Então, o retrato de Che Guevara, testemunha, primeiro, de tantos inflamados anúncios de compromisso e de acção futura, juiz, agora, do medo encoberto, da renúncia cobarde ou da traição aberta, foi retirado das paredes, escondido, na melhor hipótese, no fundo de um armário, ou radicalmente destruído, como se gostaria de fazer a algo que tivesse sido motivo de vergonha.

“Uma das lições políticas mais instrutivas, nos tempos de hoje, seria saber o que pensam de si próprios esses milhares e

milhares de homens e mulheres que em todo o mundo tiveram algum dia o retrato de Che Guevara à cabeceira da cama, ou em frente da mesa de trabalho, ou na sala onde recebiam os amigos, e que agora sorriem de terem acreditado ou fingido acreditar. Alguns diriam que a vida mudou, que Che Guevara, ao perder a sua guerra, nos fez perder a nossa, e portanto era inútil ficar a chorar, como uma criança, o leite derramado. Outros confessariam que se deixaram envolver por uma moda do tempo, a mesma que fez crescer barbas e alargar as melenas, como se a revolução fosse uma questão de cabeleireiro. Os mais honestos reconheceriam que o coração lhes dói, que sentem nele o movimento perpétuo de um remorso, como se a sua verdadeira vida tivesse suspenso o curso e agora lhes perguntasse, obsessivamente, aonde pensam ir sem ideais nem esperança, sem uma idéia de futuro que dê algum sentido ao presente.

“Che Guevara, se tal se pode dizer, já existia antes de ter nascido, Che Guevara, se tal se pode afirmar, continuou a existir depois de ter morrido. Porque Che Guevara é só o outro nome do que há de mais justo e digno no espírito humano. O que tantas vezes vive adormecido dentro de nós. O que devemos acordar para conhecer e conhecer-nos, para acrescentar o passo humilde de cada um ao caminho de todos.”

O legado de Che Guevara

João Pedro Stedile

Este ano celebra-se o 30º aniversário do assassinato de Che Guevara nas montanhas da Bolívia, pelas forças militares daquele país, orientadas pela CIA. Apesar de preso, manter Che Guevara vivo, naqueles idos de outubro de 1967, era uma temeridade para o imperialismo; ainda mais na conjuntura que estava criando, com os novos planos de contra-insurgência e de segurança nacional, que resultariam em golpes de estado e na instalação de ditaduras militares, nas décadas de 60 e 70, em quase todos os países da América Latina.

A figura de Che Guevara sempre foi muito controversa: odiada pela direita e pelas forças reacionárias em todo o continente; e polêmica, mesmo para os setores progressistas e de esquerda.

Naqueles idos, a esquerda andava muito dogmatizada e a cada tese, formava-se um novo grupo. Cada grupo rotulava Che de acordo com seus manuais, e alguns o classificavam apenas

de aventureiro, de idealista. Afinal, era mais cômodo seguir a tradição burocrática e pacífica de alguns partidos que se auto-definiam como comunistas. Havia os que se assustavam com sua prática. Era pedir demais para um militante comum seguir tamanha ousadia. Outros chegaram a deturpar suas idéias, transformando seu exemplo em mero estímulo a um falso heroísmo desvinculado das massas; esse raciocínio foi resumido nas teses de Régis Debray, intelectual francês que defendia a idéia de que “bastava um pequeno grupo de homens bem armados e com disposição para subir as montanhas, criando um foco revolucionário, para que as massas exploradas os seguissem”. Era o “foquismo”.

Decididamente não eram essas as idéias de Che, nem mesmo sobre estratégia militar para a tomada do poder. Em seu manual “Guerra de guerrilhas”, escrito a partir da experiência concreta da revolução cubana, estão presentes claramente os princípios de que a guerrilha só tem sentido como parte da luta de massas, como um meio, e não um fim. Nele, discorre ainda sobre a necessidade de condições subjetivas, objetivas e da correlação de forças, para o desencadeamento daquele tipo de guerra.

Mas, sendo Che tão polêmico e tão mal interpretado quanto a estratégia e táticas, e tendo sido vitorioso em Cuba, mas derrotado no Congo e na Bolívia, qual é o seu legado?

Não se pode idealizar sua figura como se fosse um super-homem. Nem dogmatizá-lo como exemplo único e absoluto. Nem tampouco exorcizá-lo, reduzindo-o a um mito. Che representa a síntese de um período revolucionário em nosso continente. Suas idéias, seus ideais, sua prática, formaram a simbologia dos sentimentos e da prática de todo um movimento revolucionário, de várias organizações populares, em Cuba e na América Latina.

Portanto, deve-se ter em mente que se tornou referência política porque representa uma síntese da experiência histórica de vários povos latino-americanos.

E talvez sua figura tenha sido tão forte como síntese, porque, segundo seus historiadores e seus contemporâneos, Che foi um dos poucos revolucionários que conseguiu viver intensamente, coerente e cotidianamente, tudo o que pensava.

“Meu pai, - disse sua filha, Aleidita -, procurou viver todos os dias de forma coerente com o que pensava”.

E é nessa prática coerente, cotidiana, que se encontra o maior legado de Che para a atual geração de idealistas e revolucionários.

Resumidamente, podem-se identificar dez grandes valores que representariam o legado de Che para a história da América Latina.

1. O Humanismo

O homem deve ser o objetivo principal.

Seu bem estar, sua superação enquanto ser que busca se aperfeiçoar, que busca a felicidade, que busca viver numa sociedade justa. A luta, o partido, a guerrilha, sempre são interpretados por Che como meios. O fim é alcançar uma sociedade de homens livres e fraternos. É por isso que, mesmo depois de tomado o poder, no caso de Cuba, continuava uma luta incessante pela construção de uma sociedade diferente. O humanismo guevariano aprofunda-se os ideais de Marx e recupera a visão mais generosa do objetivo principal de uma revolução social. Ao contrário da prática de alguns partidos de esquerda, que transformaram a conquista do poder, o controle do estado e o fortalecimento de sua organização num fim em si.

Esse humanismo está presente também quando defende a idéia de que o que transforma a pessoa num “verdadeiro revolucionário”, é quando esta é movida, permanentemente, por um profundo sentimento de amor aos seus semelhantes.

2. Rebelar-se contra qualquer injustiça social

Essa frase tornou-se um princípio para qualquer revolucionário. Che considerava que toda pessoa que pretendesse ser revolucionária deveria ter suficiente capacidade de indignação para rebelar-se diante de qualquer injustiça social exercida contra qualquer ser humano, em qualquer parte do mundo, em qualquer circunstância.

Nesse princípio está presente a idéia fundamental das relações sociais concebidas por Che. O sentido da igualdade e da justiça. E, ao mesmo tempo, a rebeldia e a coragem de estimular todos os indivíduos a buscarem a igualdade, rebelando-se contra qualquer situação de injustiça. Essa visão rompe a concepção individualista de preocupar-se apenas consigo mesmo ou com os amigos. E rompe com a ilusão de que para ser revolucionário, é necessário conhecer a teoria, estar numa organização revolucionária. Orgulhar-se com dogmas e símbolos e esquecer-se da prática cotidiana. Para Che, em qualquer momento e em pequenas coisas, pode-se ser um grande revolucionário, se se luta contra a injustiça, contra as situações de opressão que as sociedades de classe e o capitalismo produzem.

3. O latino-americanismo

A idéia da identidade latino-americana dos povos que habitam esse continente, apesar das diferenças culturais e étnicas, esteve presente desde as lutas pela independência. Com frequência, cita-se Simon Bolívar, e especialmente José Martí. Es-

ses ideais aparecem em muitas obras literárias, em discursos políticos e programas partidários, em todos os países do continente. Mas, certamente, a figura de Che foi a expressão mais contundente desse caráter, pelo exemplo de sua vida.

A história deu-lhe a oportunidade de nascer na Argentina, percorrer por terra o continente e assim conhecer mais de perto suas mazelas. Apaixonou-se pela causa de todos os povos latino-americanos. Assim, dedicou-se com o mesmo ardor, na Guatemala, na preparação do Granma, no México, nas montanhas de Cuba. E, depois, no governo revolucionário, nos palanques da ONU e no altiplano boliviano.

Sua vida pôs em prática o ideário de Martí, consolidando o espírito latino-americano. Porque contribuiu para a compreensão de que as causas dos problemas sociais do povo nos diferentes países são as mesmas. De que o papel imperialista dos Estados Unidos oprime a todos. E que a solução, a longo prazo, vai unir todos os nossos povos num caminho semelhante e latino-americano. Nenhum país, isoladamente, conseguirá construir uma sociedade justa e fraterna na América Latina. Mesmo no caso da vitória da revolução cubana, note-se os sacrifícios impostos ao povo cubano pelo cerco norte-americano; e a derrota recente de outras revoluções na América Central, no Caribe e na América do Sul.

4. O espírito missionário

O espírito missionário presente no ideário de Che e na sua prática está baseado no sentimento da solidariedade, não no da aventura. Che costumava dizer que “a mais bela qualidade da pessoa é o sentimento de solidariedade”. E foi com esse sentimento que ele pregou o espírito missionário. Despegar-se das tarefas cotidianas, do comodismo da vida organizada. Estar disposto a abandonar esse comodismo e ir a outros lo-

cais, outros povoados, e até a outros países. Contribuir de alguma forma, com humildade, para que outras pessoas possam viver melhor. Esse espírito missionário o levou a muitos lugares. Mas sempre com o mesmo sentimento de solidariedade. Jamais para ensinar, dar ordens, impor, ou tirar algum proveito pessoal.

Esse sentimento solidário é o que até hoje estimula milhares de revolucionários cubanos a contribuírem com seus conhecimentos, com sua boa vontade, no campo da saúde, das técnicas, com outros povos, em quase todos os continentes.

5. O espírito de sacrifício

O espírito de sacrifício não foi um discurso moralista, falso, ou religioso, para buscar em troca o paraíso, na vida eterna. Nem um desvio masoquista. Mas fazia parte da vida. A pior tarefa, em qualquer trabalho ou missão, era assumida por Che. E pregava que todo militante, que todo revolucionário deveria assumir para si essa obrigação. Com esses valores, haveria moral suficiente para servir de exemplo a todo o povo e para a construção de uma sociedade diferente.

6. O exemplo do trabalho

O trabalho sempre foi visto por Che como a força transformadora do homem, como a base da construção de toda riqueza na sociedade. Mas acima de conceitos teóricos e filosóficos, o legado dele é ter praticado a idéia básica de que “ninguém pode pedir para outro fazer alguma coisa, sem fazê-la primeiro”.

Por isso, em muitas ocasiões, era o primeiro a realizar as tarefas, o primeiro a começar o trabalho. Primeiro procurava ele mesmo fazer, para depois pedir que os demais também pudessem fazê-lo e seguir adiante.

Esse espírito está presente na enorme contribuição que Che deu à organização dos trabalhos massivos, na forma de mutirão, nos quais toda a população adulta era convocada a se engajar.

Esse mesmo espírito estava presente no planejamento e nos debates políticos com os trabalhadores e com a sociedade cubana, no processo de construção do socialismo. Mostrando que uma sociedade mais justa, com mais bem estar, não se constrói com discursos, ou apenas ideais, mas que depende, fundamentalmente, do aumento da produção de bens, de mercadorias, de riquezas. E isso somente seria possível com muito trabalho. Ou seja, uma sociedade mais avançada e mais justa somente seria alcançada com muito trabalho da atual geração, para que fosse possível construir um futuro mais digno para as gerações futuras.

7. O despojamento dos bens materiais

Che galgou os postos mais importantes no Estado cubano. Foi Ministro, Presidente do Banco Central, participou de inúmeras delegações internacionais, representando o Governo e o povo cubanos. Poderia ter se acomodado nos cargos e na vida tranqüila que sua trajetória lhe garantia.

Quando se despediu dos filhos, rumo à Bolívia, teve o cuidado de assinalar que não lhes deixava nada de bens materiais, e que sabia que o Estado revolucionário lhes garantiria o mesmo bem estar e educação que a todos os filhos do povo.

Seus hábitos foram simples e modestos. Quase franciscanos.

E esse espírito de despojamento dos bens materiais, a que a pessoa se apega, como se fossem a única fonte de felicidade, esteve presente em sua pregação.

Contrapunha-se à necessidade do homem ter acesso aos conhecimentos, aos bens culturais, à educação e a uma vida so-

lidária e igualitária, como base da felicidade. Os bens relacionados às necessidades básicas do homem são fundamentais. Mas a prática do individualismo, do egoísmo, da acumulação de bens como ostentação da diferenciação social, minam a moral, na construção de uma sociedade mais justa.

Nesse princípio se baseia a prática do trabalho voluntário, estimulada por Che. Via no trabalho voluntário, exercido nas horas de folga, aos sábados, domingos, feriados, uma forma de praticar esse desapego pelas coisas materiais, e a forma de praticar atos concretos de solidariedade social. Acreditava também que somente seria possível resolver os grandes problemas concretos da sociedade cubana, de forma mais rápida, se houvesse uma doação, uma entrega maior de todos, no exercício do trabalho voluntário não remunerado.

8. A crença na força das massas

A força popular e a capacidade transformadora das massas organizadas estão presentes em todo o pensamento político de Che. Mesmo na teorização de estratégias militares, ao contrário do foquismo, Che pregava que somente seria possível a vitória revolucionária, se se conseguisse organizar um verdadeiro exército popular, de todo o povo.

Nunca estiveram presentes em seu ideário os desvios do putchismo ou do heroísmo de um pequeno grupo que poderia libertar o povo.

Essa mesma concepção está presente quando alia a força das massas ao espírito de sacrifício e ao trabalho voluntário. Por isso foram organizados muitos mutirões para resolver problemas concretos da população. Desde a limpeza pública, a construção de moradias populares e o corte da cana, até a defesa da pátria; por exemplo, quando Cuba foi invadida por forças militares or-

ganizadas pelos Estados Unidos, no famoso episódio da Bahia dos Porcos, em 72 horas, com a mobilização de todo o povo em armas, foi possível derrotar e prender todos os invasores.

9. A relação entre os dirigentes e as massas

A prática cotidiana do exemplo de Che representa também um legado importante no que se refere à forma como ele se relacionava com as massas. Defendia e praticava a necessária vinculação dos dirigentes com as massas. Estava sempre no meio delas. E procurava ouvir seus anseios, problemas, dificuldades e críticas ao processo revolucionário.

Teve uma prática essencialmente anti-burocrática, anti-gabinete, anti-vanguardista, anti-dirigista. Evitando e opondo-se a que um núcleo organizado do partido pudesse achar que sabia tudo sobre o povo e escolher o melhor caminho para ele. Estar sempre no meio do povo era o melhor caminho para errar menos.

10. A formação de quadros

A experiência da construção do socialismo, a experiência da administração popular de um estado revolucionário em condições de subdesenvolvimento, levou Che a dedicar muita reflexão à necessidade da formação de quadros. Há muitas reflexões registradas em discursos, artigos, ensaios, sobre esse problema. Via a formação de quadros como uma necessidade vital do processo revolucionário. E, de novo, manifesta sua vinculação com a força popular, ao defender a idéia de que uma política de quadros era uma política necessariamente dirigida para as massas. Para que entre as massas, especialmente a juventude, se pudesse formar o maior número possível de pessoas como militantes revolucionários, dentro das necessidades técnicas e políticas do

processo cubano. Mas, sobretudo, que, desenvolvendo-se política, moral e culturalmente, representassem a prática de valores do homem novo e servissem de exemplo a toda a massa.

Defendia que o quadro devia ser altamente disciplinado, preparado tecnicamente, com amor ao estudo e aos conhecimentos científicos; com disposição para enfrentar qualquer tarefa e capacidade de análise dos problemas e suas causas e, ainda, com criatividade suficiente para buscar uma solução. Mas, sobretudo, deveria ganhar o respeito dos trabalhadores e do povo, por seu exemplo e pelo carinho e dedicação aos seus semelhantes.

Desta forma, as pessoas se transformariam em exemplo, e sendo exemplo, poderiam ser chamadas de quadros revolucionários.

Conclusão

A figura de Che Guevara está ainda tão presente em nosso meio, fundamentalmente pelo legado que nos deixou. A situação de vida dos povos da América Latina não se modificou. As forças produtivas se desenvolveram. Mas os problemas sociais e concretos de nossos povos continuam.

Cabe às organizações populares que se pretendem revolucionárias, refletirem sobre esse legado. Buscarem a universalidade que existe nele, independente da categoria social, do meio ou do país em que se atua.

Acreditar no legado de Che não significa querer copiar estratégias ou táticas para a tomada do poder utilizadas em Cuba ou na Bolívia. Cada país, cada povo, cada situação terá sua própria estratégia e táticas, determinadas pelas condições objetivas, subjetivas e pela correlação de forças existentes. Acreditar em Che é, sobretudo, alimentar permanentemente a possibilidade de fazermos a revolução. Fazer a revolução a cada dia. Pela

nossa prática, pelo ânimo permanente da confiança em nossos ideais, e na certeza de que é possível derrotar os opressores (internos e externos) e um dia construirmos uma sociedade mais justa e fraterna. E, certamente, como sonharam Martí e Che Guevara, latino-americana.

Maio, 1997

Agradecimentos

Este livro é uma síntese muito resumida de um trabalho maior sobre alguns dos temas centrais que ocuparam e preocuparam o Che Guevara em sua existência como revolucionário. É também uma obra coletiva. Deve muito a Fernando Sánchez San Martín, a Antonio Jesús García Garrido e a Olga Leralta Piñán; sem suas discussões, esforços e tristezas compartilhadas, este livro seria inimaginável. Também deve muito a Julio Anguita González, por seu exemplo pessoal e seu valor moral, e a José Luis Monereo Pérez, meu “grande irmão” particular que é, ao mesmo tempo, muito mais do que isso.

Por suas críticas, suas contribuições, o ânimo e o alento que me deram, tenho que citar obrigatoriamente Jaime Pastor, Michael Löwy, Fernando Martínez Heredia, Aurelio Alonso, Carlos Tablada, Luis Suárez, Atilio Borón, María del Carmen Ariet, “Papito” Serguera, assim como a cumplicidade de meus amigos Janette Habel, Juan Valdés Paz e Julio Carranza, por te-

rem somado e mesclado militância e compromisso, saber filológico-enciclopédico e sabedoria político-econômica. Este trabalho se fez rigor e proposta graças a Sheryl Lutjens; com Emir Sader se converteu em uma visão cosmopolita, sempre atenta ao mundo visto do ponto de vista do Sul. No que possa valer, a todos eles, e à inesquecível memória de Lucia González, dedico este livro.

De Paco Fernández Buey não posso dizer outra coisa senão que foi e é uma referência intelectual e moral obrigatória e, finalmente, quem corre o risco editorial é meu companheiro e amigo de tantas aventuras, Miguel Riera.

Para ler o Che

Ernesto Guevara de la Serna, conhecido como Che, foi um político. Um revolucionário profissional no sentido pleno e estrito definido por Lenin em *Que fazer*; e também um homem que viveu múltiplas experiências vitais e profissionais, onde a asma, o exercício da medicina, a paixão pela aventura, as lutas políticas e as profundas convicções revolucionárias formaram um caráter e um estilo. Sua morte, para a qual parecia ter se preparado durante toda a vida, forjou uma imagem que distorce sua vida real e pouco ajuda a entender uma parte substancial de sua existência: sua paixão pelas idéias, sua inquietação intelectual a partir de uma militância e de um compromisso político indeclináveis.

Neste trabalho nos moveremos fundamentalmente neste último plano, que queremos analisar e reivindicar como parte importante do pensamento emancipatório moderno. O Che viveu todas as contradições do movimento revolucionário do sé-

culo XX e tentou, no mínimo, fazer a si mesmo perguntas às quais procurou responder, quase sempre, com a falta de preconceito e com a liberdade de pensamento que o caracterizaram até o fim de sua curta vida.

A divisão weberiana entre o científico e o político se aplicava a ele, com a nuance, sempre discutível, de que pertencia a uma tradição intelectual que pretendeu superar esta divisão, isto é, fazer da política ciência e da ciência um guia do movimento histórico; a que seus fundadores, de maneira semelhante, pensaram e chamaram, *socialismo científico*. Outro elemento a ressaltar é o seguinte: trata-se de um pensamento revolucionário que enfrentou problemas inéditos, dilemas práticos e conjunturas políticas não previstas e para os quais não havia suficiente bagagem intelectual. Os conceitos no Che sofrem variações; uns são retificados, outros abandonados e outros apenas entrevistados; questões onde nem sempre existe uma relação harmoniosa entre significante e significado e onde os conceitos são, em vários sentidos, imprecisos, o que obriga a uma certa hermenêutica de sua obra. Não se pode esquecer que estamos falando de um político jovem que se deparou com a tarefa de construir o socialismo com conhecimentos relativamente escassos e com uma experiência internacional que supervalorizou no princípio e em relação à qual, no final, se mostrou muito crítico.

O caráter fragmentado da obra do Che, as mudanças, as modificações de seu pensamento e a prioridade da agenda política concreta, impuseram uma certa hierarquia nos temas e prioridades a sua reflexão teórica e a sua prática. Isso obriga a uma metodologia que propicie uma leitura problematizadora e a uma tentativa de sintetizar os elementos determinantes de seu pensamento.

As teses centrais deste trabalho afirmam que o Che era:

1. O dirigente revolucionário cubano de maior formação teórica marxista e o mais comprometido com o comunismo dominante em sua época.

2. Sua experiência política e teórica foi convertendo-o em um crítico cada vez mais informado e conseqüente do modelo soviético.

3. O Che viu a necessidade de um novo tipo de construção socialista que, partindo das experiências conhecidas, fosse além delas.

4. Sua insistência em vincular a transição ao socialismo à luta contra a alienação se resume na idéia da formação de um novo tipo de ser humano que esteja no centro do projeto de emancipação.

Para tentar superar o caráter fragmentado de sua obra e a opacidade de alguns de seus termos, junto com a retificação que ocorreu naqueles anos sobre elementos básicos, escolhi, como linha metodológica central deste trabalho, situar como guia de interpretação e como sua referência a obra do Che: *O socialismo e o homem em Cuba* (GUEVARA, 1985, VIII). Existem várias razões para isso:

a) Porque se trata de um texto tipicamente programático e com um nível de generalização que o torna extremamente singular.

b) Porque nele se abordam temas, conceitos e problemas a que o Che chegou depois de anos de duros enfrentamentos com a realidade.

c) Porque marca um hiato na biografia do Che; encerra um ciclo e abre uma perspectiva diferente em muitos sentidos.

As fontes documentais e testemunhais para estudar o pensamento do Che são problemáticas. Segundo algumas opiniões, a parte inédita dos escritos do Che pode chegar a 20% do total de sua obra. Se a isto acrescentarmos que a edição compilada por Borrego (1966) teve uma tiragem muito limitada, estaremos em condições de ver quão difícil é o emprego das fontes no Che. O autor deste trabalho se baseou nas edições disponíveis do Che em Cuba; também tive acesso a um texto imprescindível que relata as reuniões bimestrais do Che com sua equipe do Ministério da Indústria e que constitui o tomo VI da edição do MINAZ. Circunstancialmente, também tive acesso a alguns textos inéditos que me permitiram iluminar aspectos da evolução do pensamento do Che. Na prática, comparei, diante de cada conceito problemático, as diversas fontes; também levei em consideração os numerosos estudos sobre seu pensamento realizados nas últimas décadas. Por último, considere ainda as numerosas biografias escritas sobre o Che, e que permitem contextualizar historicamente a evolução de seu pensamento.¹

¹ Uma vez concluída a redação deste trabalho pude consultar, graças a María del Carmen Aíret, coordenadora científica do arquivo pessoal do Che, diversos trabalhos inéditos que a meu ver não modificam substancialmente o que foi dito aqui sobre o revolucionário argentino-cubano mas que, sem dúvida, trazem elementos que será necessário considerar em futuras pesquisas sobre seu pensamento e sua biografia intelectual.

O marxismo do Che: o comunismo como concepção do mundo, movimento e finalidade

Existe concordância em que o Che que chegou ao México depois de sua experiência na Guatemala de Arbenz, já era um marxista “convicto e confesso”, tanto do ponto de vista teórico, como político. Como costuma ocorrer, esta opção político-cultural se converte, assim como para muitos homens de sua geração, em uma opção de vida, delimitação de campos e determinação precisa da noção de “amigo e inimigo” que é nítida no Che daquela época. Estava convenido que:

a) qualquer tentativa de saída do subdesenvolvimento para os países latino-americanos devia articular-se com uma democratização política, econômica e social, que tivesse como centro a reforma agrária;

b) qualquer tentativa de mudanças a favor dos “de baixo” enfrentaria, mais tarde ou mais cedo, os Estados Unidos da América, o imperialismo;

c) a transformação social exigia uma direção política forte e firme que, quando as condições assim o exigissem, não deveria temer armar o povo e, até chegar a um conflito bélico generalizado.

O poder político em geral nos países da América Latina, as elites subalternas ao imperialismo e, concretamente, o papel do exército, já eram definidos com grande precisão pelo Che em 1954. Em uma carta a sua mãe, datada de 4 de julho daquele ano, podemos ler:

“A traição continua a ser patrimônio do exército, e uma vez mais se prova o aforisma que indica a liquidação do exército como o verdadeiro problema da democracia (se o aforisma não existe, eu o estou criando)” (GUEVARA, 2000a).

Esta opinião tenderá a tornar-se ainda mais firme no futuro, junto com uma visão cada vez mais crítica das chamadas burguesias nacionais e das debilidades da classe operária, nas condições de subdesenvolvimento e dependência que, depois da experiência da Revolução Cubana, vai levá-lo à defesa da “via armada”, como a única forma possível de conseguir a libertação da América Latina.

O marxismo do Che estava e estará sempre unido e a serviço de um compromisso político-moral comunista. Por isso podia combinar firmeza nos princípios a uma prática marxista “aberta” e crítica, em contato permanente com os problemas da realidade concreta, disposta à inovação e à defesa de opções políticas próprias. Em um de seus primeiros escritos depois do triunfo da Revolução, frente às opiniões ortodoxas que criticavam a Revolução alegando a falta de uma teoria que a explicasse e citando o que dissera Lenin – “sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário” – afirmava o Che, com o desassombro que o caracterizava:

“Conviria dizer que a teoria revolucionária, como expressão de uma verdade social, está acima de qualquer enunciado; isto é, que a revolução pode ser feita desde que se interprete corretamente a realidade histórica e desde que sejam utilizadas corretamente as forças que nela intervêm, ainda que sem conhecimento da teoria” (GUEVARA, 1985, IV, 201).

Manteve esta atitude aberta e pouco dada a um marxismo fossilizado durante o resto de sua vida. Com certo “cientifismo”, apenas aparente, argumentava:

“Nossa posição, quando nos perguntam se somos marxistas ou não, é a que teria um físico se lhe perguntassem se é “newtoniano”, ou a um biólogo se é “pasteuriano” [...] Deve-se ser “marxista” com a mesma naturalidade com que se é “newtoniano” em física ou “pasteuriano” em biologia, considerando que se bem novos fatos determinem novos conceitos, também é um fato que não se eliminará nunca sua parte de verdade daqueles que ficaram” (GUEVARA, 1985, IV, 203).

O marxismo do Che está marcado por dois elementos fundamentais: de um lado, a idéia de que a contribuição de Marx consiste em construir uma teoria e uma prática políticas em torno da necessidade de unir conhecimento da realidade com sua transformação; de outro, que a especificidade do comunismo marxista consiste em mostrar a possibilidade de construir uma sociedade nova, partindo das contradições existentes no capitalismo e pondo o ser humano, pela primeira vez na história, em condições de determinar conscientemente o seu futuro. O planejamento social não é para o Che mais um instrumento, é a possibilidade de “domar o destino”. O mérito de Marx é, para o Che, sua capacidade de conhecer e interpretar a história, para detectar os conflitos sociais básicos e projetar tendências políticas alternativas numa perspectiva transformadora:

“O homem deixa de ser escravo e instrumento do meio e se converte em arquiteto de seu próprio destino” (GUEVARA, 1985, IV, 203).

Encerra a argumentação com graça e num tom que lhe é muito próprio diante das dificuldades:

“A Revolução Cubana retoma Marx onde este deixou a ciência para empunhar seu fuzil revolucionário; e o retoma ali, não por espírito de revisão, de luta contra o que se segue a Marx, de revisão do Marx “puro”, mas, simplesmente, porque até ali, o cientista, de fora da história, estudava e vaticinava. Depois, o Marx revolucionário, dentro da história, lutaria. Nós, revolucionários práticos, iniciando nossa luta, simplesmente cumprimos leis previstas pelo Marx cientista” (GUEVARA, 1985, IV, 204).

Esta concepção de um marxismo aberto, que distancia dos manuais, é continuamente reafirmada pelo Che, combatendo qualquer degenerescência dogmática ou economicista. Em uma intervenção pública realizada em 24 de março de 1963 diz expressamente:

“Por isso o marxismo é somente um guia para a ação. Foram descobertas as grandes verdades fundamentais, e a partir delas, utilizando-se o materialismo dialético como arma, vai-se interpretando a realidade em cada lugar do mundo. Por isso nenhuma construção será igual; todas terão características peculiares à sua formação” (GUEVARA, 1985, VII, 46).

Não é de estranhar que, com esta concepção do marxismo, visse a transição socialista em Cuba e interpretasse a Revolução Cubana explicitando suas singularidades e buscando a partir delas os elementos de caráter mais geral que poderiam servir de ajuda a outros povos da América Latina ou do Terceiro Mundo. Não perdia nenhuma oportunidade para destacar este elemento:

“A tarefa da construção do socialismo em Cuba deve ser enfrentada fugindo-se do mecanicismo como da peste. O mecanicismo só conduz a formas estereotipadas, a núcleos clandestinos, ao favoritismo e a toda uma série de modos de organização revolucionária” (GUEVARA, 1985, VII, 47).

É necessário lembrar que este tipo de marxismo tem antecedentes no que foi chamado de “marxismo da subjetividade ou marxismo cálido”, próprio do jovem Lukacs, do jovem Gramsci ou de Ernest Bloch e que teria Mariátegui como destacada referência latino-americana. Manuel Sacristán, comentando estes assuntos, precisamente em um artigo sobre Lukacs, afirma que foram três as soluções dadas à crise do marxismo dogmático da II Internacional. A primeira seria uma saída equilibrada entre o jogo de fatores objetivos e subjetivos que se entrelaçam nos processos revolucionários (protagonizada por Lenin); a segunda, muito minoritária, que tentava unir os pressupostos científicos de Marx e a vontade revolucionária do proletariado (como referências podemos citar Bogdónov e Korsch); e, a terceira, que faz do predomínio do fator subjetivo o elemento determinante do processo revolucionário (os autores citados quando nos referimos anteriormente ao “marxismo cálido”) (SACRISTAN, 1983). Esta tensão entre fatores objetivos e subjetivos é determinante no Che e explica muito sobre sua concepção da transição para o comunismo, iluminando o protagonismo do indivíduo concreto nos processos de transformação social.

A organização política da subjetividade, a consciência socialista, é determinante para o Che em vários sentidos:

Primeiro, como já vimos, o socialismo, a sociedade alternativa, situa o ser humano como “arquiteto de seu destino”, isto é, coloca-o em condições de libertar-se da alienação e das contradições da lei do valor no capitalismo.

Segundo, o socialismo não surge espontânea ou automaticamente da conquista do poder político e da nacionalização dos meios fundamentais de produção e de mudança; chega-se ao socialismo consciente e planejadamente.

Terceiro, para que a sociedade socialista possa se reproduzir, são necessários indivíduos, pessoas que, subjetiva e objetivamente, lutem contra as sutis formas de alienação capitalista e sejam capazes de transformar a si mesmas e à sociedade.

O primeiro tema – que será desenvolvido ao longo de todo este trabalho – é uma constante no Che e, também, uma preocupação, no sentido de que controlar social e democraticamente o destino obriga ao predomínio dos mecanismos conscientes e a reduzir as articulações não intencionais que determinam e movem os indivíduos. Em um discurso pronunciado em janeiro de 1964 na “Entrega de certificados de trabalho comunista” explicava, em uma linguagem inteligível para as maiorias, estas complicadas questões; primeiro expôs a idéia de como se chega ao comunismo:

“O comunismo é um fenômeno social que só se pode atingir mediante o desenvolvimento das forças produtivas, a supressão dos exploradores, a grande quantidade de produtos postos a serviço do povo e a consciência de que se está gestando esta sociedade” (GUEVARA, 1970, II, 246).

Segundo, dando um salto que podemos considerar como um “triplo mortal”, passa a falar da importância da Revolução de Outubro e de Lenin; para explicar melhor o fundo do assunto, compara as tarefas do socialismo de seu momento com os revolucionários franceses e diz:

“Aqueles homens da Revolução Francesa que deram tantas coisas belas à humanidade, que tantos exemplos deixaram e cuja tradição se conserva, eram, no entanto, simples instrumentos da

história. As forças econômicas se moviam e eles interpretavam o sentimento popular, o sentimento dos homens daquela época; e alguns intuíaam até mais longe, mas ainda não eram capazes de dirigir a história, de construir sua história conscientemente". (GUEVARA, 1970, II, 246).

Vê-se, com clareza, que diferentemente das revoluções burguesas, a revolução socialista põe o ser humano em condições de dirigir seu destino.

O segundo assunto tem a ver com uma convicção arraigada do Che: chega-se à sociedade alternativa por meio de um processo consciente e, por conseguinte, não há automatismo, sendo o processo sempre reversível. Para dizê-lo com mais clareza, a luta entre o socialismo e o capitalismo continua durante toda a longa transição ao comunismo. Löwy em seu ensaio sobre o Che, tratou bem do assunto que nos ocupa:

"Estas transformações são uma condição necessária, mas não suficiente, para a citada liquidação, a qual exige uma intervenção consciente e específica * a nível das superestruturas. Por outro lado, estão seriamente ameaçadas se os métodos econômicos de construção do socialismo levam o carimbo da sociedade antiga" (LÖWY, 1973, 26).

Outro aspecto do problema tem a ver com a especificidade da transição para o socialismo diante de outras transições entre modos de produção anteriores. Como é sabido, a transição para o socialismo e para o comunismo, embora encontre suas condições e sua possibilidade nas contradições do capitalismo, exige uma ruptura política, uma revolução social que concentre nos trabalhadores o poder político e econômico. A leitura do Che é a seguinte: em certo sentido, a subjetividade politicamente organiza-

*sublinhado pelo autor no original

da é o elemento determinante de todo o processo de construção do comunismo. Martínez Heredia, em sua excelente monografia, propõe este problema com muita perspicácia porque o relaciona, não apenas com o capitalismo em geral, mas com o capitalismo menos desenvolvido, notando que o socialismo:

“Implica no predomínio do fator subjetivo, como na época da vigência do capitalismo predominara o fator objetivo. Mas o Che considera que para toda a época de transição do capitalismo para o socialismo e para o comunismo rege uma dialética de ambos os fatores, em que o pólo dominante tem que ser o subjetivo *, sob pena de não se avançar a curto ou longo prazo e, por conseguinte, não chegar” (MARTINEZ HEREDIA, 1989, 61).

O terceiro assunto tem a ver mais diretamente com a contribuição específica que o Che pretende dar ao socialismo – dedicaremos uma parte deste trabalho a esta contribuição. Aqui basta mencionar, como aproximação, aquela resposta tão conhecida a uma pergunta de Jean Daniel:

“O socialismo econômico sem a moral comunista não me interessa. Lutamos contra a miséria, mas ao mesmo tempo lutamos contra a alienação. Marx se preocupava tanto com os fatos econômicos como com sua tradução na mente. Chamava isso de um “fato de consciência”. Se o comunismo descuida os fatos de consciência pode ser um método de distribuição, mas deixa de ser uma moral revolucionária” (TABLADA, 1997b, 126).

Esta tensão a que reiteradamente fizemos referência entre realidades objetivas e processos de intervenção subjetivos, aguça a percepção sobre certos problemas teóricos do Che, distinguindo, num primeiro momento, a teoria da revolução em Marx – para um capitalismo desenvolvido – da teoria derivada do Lenin ana-

* sublinhado pelo autor no original.

lista do imperialismo para, depois, propor duas estratégias diferenciadas para o socialismo segundo este se dê nas “condições de Marx ou nas condições de Lenin”.

Em um discurso, refere-se à contribuição de Marx enquanto analista dos diferentes modos de produção e, sobretudo, sua profunda análise do capitalismo, destacando o que considerava sua contribuição mais significativa:

“Marx fez algo mais importante ainda: demonstrou que, historicamente, o capitalismo deveria desaparecer e dar lugar a uma nova sociedade: a sociedade socialista” (GUEVARA, 1985, VII, 48).

Como costumava fazer, dá um salto e fala da contribuição de Lenin:

“Aprofundou mais a análise e chegou à conclusão que a passagem de uma sociedade para outra não era uma passagem mecânica, que as condições podiam ser aceleradas ao máximo, mediante alguns catalizadores, poderíamos dizer (não é uma frase de Lenin, mas minha, mas é a idéia, a idéia central)” (GUEVARA, 1985, VII, 48).

Estes catalizadores de que fala o Che eram, fundamentalmente, um forte partido de vanguarda e a consciência das massas que, nas condições históricas de que ele partia, contava, ainda, com a presença de um campo socialista desenvolvido, com possibilidades de apoiar ativamente os processos revolucionários em marcha. Convém pois tomar nota de dois aspectos do marxismo do Che:

1) A comparação entre as teorias sobre a revolução de Marx e de Lenin.

2) O papel da consciência e da vanguarda revolucionária em condições de luta internacional entre o socialismo e o capitalismo.

Na citação de Lenin falava-se da passagem de uma sociedade para outra, explicitando-se que “não era uma passagem mecânica”. Em uma página posterior o Che volta a insistir sobre a revolução nos países subdesenvolvidos:

“Não se chega ao socialismo nas condições atuais de nosso país, e em muitos outros que o fizeram, pela explosão das condições sociais anteriores. Ou seja, por uma mudança mecânica, porque havia tantas condições objetivas que era, simplesmente, uma questão de forma” (GUEVARA, 1985, VII, 49).

Como se pode ver, a chave de ambas as frases está na passagem ou mudança “mecânica” e na “forma”. Para o Che – podemos dizê-lo assim – as condições que Marx previa para a revolução nos países capitalistas desenvolvidos ocorriam com um superávit de objetividade, fruto do desenvolvimento concreto das contradições básicas e superestruturais; a mudança era entendida de forma “mecânica” em condições objetivas que amadurecem automaticamente para condições subjetivas. Enquanto a revolução em países que não tinham seguido a evolução contraditória do capitalismo, o subjetivo era determinante, a mudança ocorria com um “déficit de condições objetivas” que teria que ser superado mediante a organização das condições subjetivas; isto é, organização + consciência; ao que haveria que acrescentar – o Che era bastante realista – o apoio ativo do campo socialista para proporcionar parte dos recursos necessários à superação do subdesenvolvimento².

Em seu célebre artigo *O socialismo e o homem em Cuba*, podemos ler, a este respeito:

² Tal como me disse criticamente Fernando Martínez Heredia, isto não significa que o Che fizesse uma leitura objetivista de Marx, talvez, ao contrário, ele sempre o viu vinculado à luta de classes e à revolução.

“No esquema de Marx se concebia o período de transição como resultado da transformação explosiva do sistema capitalista dilacerado por suas contradições; na realidade posterior viu-se como se desprendem da árvore imperialista alguns países que constituem os ramos débeis, fenômeno previsto por Lenin” (GUEVARA, 1985, VIII, 258).

A questão dos catalizadores de que fala o Che deve nos por em contato com um elemento que não se costuma considerar quando se discute com o revolucionário argentino-cubano. Para ele o fundamental era a contraposição entre socialismo e capitalismo em escala mundial; de onde caberia deduzir que as rupturas sucessivas na cadeia imperialista podiam criar, não apenas uma aliança estratégica entre os países socialistas e os capitalistas liberados, como, dialeticamente, poderiam ser geradas dinâmicas muito mais avançadas de desenvolvimento social e político. A consciência e a combatividade das massas teriam que ser decorrência, não apenas do plano nacional, mas, sobretudo, do internacional. Esta mesma situação daria oportunidades para algo obsessivo no Che que é “queimar e abreviar etapas” no desenvolvimento econômico e social, acelerando os ritmos e tornando a consciência social e politicamente produtiva.³

Enfim, o Che apresenta um marxismo sempre “aberto” e problemático, num esforço permanente para deixar-se instruir pela realidade, buscando explicar os acontecimentos e, sobretudo, tirando lições operativas para o que entendia ser a chave do futuro: a atualidade da revolução. O comunismo aparecia assim como um movimento que se desenvolvia em uma fase his-

³ O Che refere-se seguidamente a isso, como pode-se ver literalmente na pág. 49 do tomo VI e na 99 e 140 do tomo VIII (GUEVARA, 1985) e, implicitamente, em inúmeros artigos.

tórica definida pela luta contra o imperialismo e, em muitos sentidos, diferenciada das análises de Marx que, para o Che, privilegiavam um capitalismo que não tinha em seu centro a relação imperialista. Por sua vez, e assumindo a contradição, a concepção do comunismo de que fala é a do Marx jovem e velho e a do Lenin “sovietista” do *Estado e a Revolução*. Um comunismo que é, além do mais, exigente, porque pressupõe uma mudança civilizatória. O mais tremendo – poder-se-ia falar em dramático – é a enorme distância entre o déficit objetivo – fruto da acumulação primitiva capitalista e do desenvolvimento pleno de suas contradições – e as transições para o socialismo realmente existente, em marcos civilizatórios caracterizados pelo atraso, pelo subdesenvolvimento e pela dependência.

Che Guevara e a Revolução Cubana

Como já disse no capítulo anterior, o Che que saiu da Guatemala – depois da experiência de Arbenz – tinha um projeto político definido, forjado durante a etapa guerrilheira e depois do triunfo da Revolução Cubana, a partir da esquerda do Movimento 26 de Julho, tanto em seus aspectos internos como em suas definições internacionais (TAIBO II, 1996). Os conflitos do próprio processo revolucionário, as urgências dramáticas diante de desafios inéditos para os quais se estava pouco ou nada preparado, as dimensões internacionais cada vez mais profundas de uma revolução que tinha alcance continental, mal deixavam tempo para a reflexão. Como ele dizia:

“Continuamos caminhando muito mais rápido do que aquilo que podemos pensar e estruturar nosso pensamento; estamos em um movimento contínuo e a teoria vai caminhando muito lentamente, tão lentamente que depois de escrever, nos pouquíssimos momentos que tenho, este manual que lhe envio,

cheguei à conclusão que quase já não serve para Cuba (...) Por isso tenho medo de tentar descrever a ideologia do movimento; quando fosse publicá-la, todo o mundo pensaria que é uma obra escrita há muitos anos” (GUEVARA,1970, II, 677).

Destacamos este aspecto porque o pensamento do Che é tudo menos um sistema acabado: contradiz-se, avança e retifica, reconhece erros e se reafirma no que considera elementos substanciais.

Outra tese que será defendida neste capítulo é a seguinte: para o Che a Revolução Cubana abre uma etapa histórica em escala continental, marcada pela “*atualidade da revolução*” na América Latina e caracterizada por três elementos básicos:

a) crise de dominação política e equilíbrio instável entre as classes;

b) ascenso da luta popular e possibilidade de traduzir estas lutas em enfrentamento político-militar;

c) declínio relativo do potencial econômico e militar dos Estados Unidos.

A estes três elementos dever-se-ia acrescentar mais um, que foi aparecendo lentamente e sem o qual seria muito difícil entender “a pressa” do revolucionário, isto é, uma aceleração contínua dos ritmos que o Che personifica. Estou me referindo à sua percepção, cada vez mais firme, de uma URSS que estava perdendo a batalha tecnológica e que, ao mesmo tempo, estava incubando em seu seio uma profunda crise estrutural.

Mas há algo mais: esta análise correspondia às próprias necessidades da Revolução Cubana; quando se lançava a consigna de criar vários Vietnã, apostava-se em uma frente anti-imperialista e, ao mesmo tempo, defendia-se a Revolução Cubana, necessitada de conflitos que distraíssem a atenção do inimigo de seu próprio curso e o obrigassem a dispersar suas forças.

Em um de seus primeiros livros, *A Guerra de Guerrilhas*⁴, o Che tenta tirar conclusões da rica e – como ele disse tantas vezes – heterodoxa experiência revolucionária cubana. Para ele eram três as contribuições fundamentais desta revolução:

1. “As forças populares podem ganhar uma guerra contra o exército”.

2. “Nem sempre é preciso esperar que se dêem todas as condições para a revolução, o foco insurrecional pode criá-las”.

3. “Na América Latina subdesenvolvida o terreno da luta armada deve ser fundamentalmente o campo” (GUEVARA, 1970, I, 31)

Este texto – como quase todos os do Che – é polêmico. Está dirigido, sobretudo em suas duas primeiras conclusões, contra a atitude quietista de alguns revolucionários ou pseudo-revolucionários que, em suas próprias palavras:

“...refugiam sua inatividade no pretexto de que contra o exército profissional nada se pode fazer, e alguns outros que se sentam para esperar que, de uma forma mecânica, se dêem todas as condições objetivas e subjetivas necessárias, sem preocupar-se em acelerá-las” (GUEVARA, 1970, I, 32).

A terceira conclusão está dirigida contra os dogmáticos que centralizam:

“...a luta das massas nos movimentos das cidades, esquecendo totalmente a imensa participação das pessoas do campo na vida de todos os países subdesenvolvidos da América” (GUEVARA, 1970, I, 32).

Apesar dos comentários de Castañeda⁵, a análise do Che é

⁴ O manual a que se referia na carta anteriormente citada.

⁵ Nesta questão, Castañeda demonstra claramente que não soube “ler” o Che e que não foi capaz de abandonar seus pre-conceitos. A respeito, ver VALDES PAZ, 2000.

bastante comedida. Talvez o problema esteja na interpretação do segundo parágrafo; onde diz que: “nem sempre é preciso esperar que se dêem todas as condições” e que não pode ser interpretado no sentido de que não fazem falta nenhuma ou de que as condições existentes possam ser mínimas. O “foco” insurrecional não cria todas as condições, mas acelera e dá impulso às que existem; por isso, o Che afirma que deve haver um mínimo de condições para tornar viável o estabelecimento e a consolidação do primeiro foco. Neste, que foi seu primeiro grande texto, Guevara é tremendamente explícito:

“Onde um governo tenha chegado ao poder por alguma forma de consulta popular, fraudulenta ou não, e se mantenha ao menos uma aparência de legalidade constitucional, é impossível produzir o surto guerrilheiro porque não se esgotaram as possibilidades de luta cívica” (GUEVARA, 1970, I, 32).

A legalidade democrática não só não é sub-valorizada pelo Che, como é expressamente considerada quando se trata de implementar uma estratégia revolucionária. Seu cuidado é bem preciso; fala de consulta popular “*fraudulenta ou não*”; mas a crise de dominação que, segundo ele, ocorria na América Latina tinha como efeito a tendência ao autoritarismo político e à ruptura dos marcos constitucionais democráticos. Não se deve esquecer que uma condição fundamental para esse primeiro foco insurrecional era:

“...demonstrar claramente ao povo a impossibilidade de manter a luta pelas reivindicações sociais no plano da contenda cívica” (GUEVARA, 1970, I, 32).

O caráter polêmico da obra do Che faz que, em função dos diferentes adversários, destaque um aspecto ou outro desta complexa realidade e que nem sempre fiquem claras as definições da nova etapa histórica, nem as conjunturas concretas e especí-

ficas em que se expressa, correndo o risco de minimizar os aspectos nacionais e entrar em confusões entre estratégia revolucionária e vias (armadas ou não) de acesso ao poder. Voltaremos mais adiante a esta questão.

Não pode causar estranheza o fato da Revolução Cubana e as posições de seus dirigentes terem significado uma viravolta no debate político da esquerda da América Latina. A autoconsciência do grupo dirigente cubano – especialmente do Che – era que com este processo se inaugurava, não apenas um caminho original para construir-se uma sociedade socialista mas, de uma ou outra forma, uma mudança fundamental na estratégia revolucionária, ao menos na América Latina. Convém levar muito em conta este aspecto; diante das tradicionais estratégias da III Internacional, a Revolução Cubana vinha “latino-americanizar” a própria idéia de socialismo e o modo historicamente determinado de alcançá-lo. A ênfase é posta nas condições específicas, nos traços históricos genuínos, nas características socioeconômicas e na etapa de construção nacional que atravessavam as distintas formações sociais, mais do que em “importar” teorias, conceitos e práticas fora de contexto, com pretensões de universalidade. Neste assunto pode-se dizer, como se tem afirmado em diversas ocasiões, que a Revolução Cubana foi também um fato decisivo do ponto de vista teórico.

A polêmica não era outra senão esclarecer o que de especificamente cubano teve esta revolução e quais aqueles elementos que poderiam ser generalizados no quadro dos conflitos sociais e políticos da América Latina. Guevara – que já extraíra algumas lições da Revolução – entraria rapidamente na polêmica com um ensaio intitulado, precisamente, *Cuba: exceção histórica ou vanguarda na luta anticolonialista?* (GUEVARA, 1970, II), a que deram seqüência, nos anos seguintes, diversas intervenções que

se encerrariam, ao menos publicamente, com sua conhecida *Mensagem à Tricontinental* (GUEVARA, 1970, II).

O Che, com a honestidade intelectual que o caracterizava, foi direto ao assunto e tentou mostrar os aspectos que pareciam específicos, excepcionais, na experiência cubana, e os que podiam ser generalizados para uma grande parte da América Latina. O temor do Che estava em que se tentasse ignorar os aspectos relevantes, as “lições” da Revolução Cubana para a América Latina, destacando-se excessivamente o caráter excepcional de seus elementos básicos.

Ainda que hoje possa parecer um tanto excessivo, para Guevara, a primeira excepcionalidade da Revolução se encontrava em seu dirigente máximo, Fidel Castro. Sua grandeza moral, sua capacidade de direção e de liderança na sociedade cubana eram e são elementos que o Che considerava difíceis de transferir para outras realidades. A segunda exceção estava na incapacidade norte-americana de perceber o verdadeiro alcance da revolução. Como ele disse:

“Antes do triunfo, suspeitavam de nós, mas não nos temiam; apostavam em dois baralhos, com a experiência que têm neste jogo, onde habitualmente nunca se perde”⁶ (GUEVARA, 1970, II, 679).

Uma terceira exceção, exagerando as coisas, era que em Cuba os antigos escravos e os camponeses tinham se proletariado paulatinamente, devido às exigências do cultivo capitalista, e

⁶ Escreveu algo parecido a Ernesto Sábato: “... os norte-americanos, que são os grandes construtores de testes para tudo medir, usaram um deles, verificaram a pontuação e arquivaram-no... nunca lhes ocorreu que o que Fidel Castro e nosso movimento afirmavam tão ingênua e drasticamente, fosse a verdade do que íamos fazer”.

que a luta social empreendida por eles aumentara sua capacidade organizativa e sua consciência.

Há um aspecto que Guevara explicitamente não considerava excepcional: o apoio que uma parte da “burguesia cubana” deu à luta guerrilheira contra a tirania de Batista. Como ocorre outras vezes na obra do revolucionário argentino, esta afirmação aparecerá matizada nas páginas finais do próprio ensaio, assim como em escritos ulteriores. A razão disso foi a experiência que a Revolução Cubana inaugurou e a nova etapa histórica que inaugurava: a chamada burguesia nacional, posta frente ao dilema de suas contradições com o império e do ascenso do movimento popular que questionava seu domínio de classe, terminou (algumas vezes mais abertamente e outras menos) por restabelecer um pacto oligárquico em torno da estratégia imperialista definida pela administração norte-americana.

Estabelecidos assim os aspectos específicos da Revolução Cubana, o Che tenta – linha após linha – situar os elementos daquela experiência que pudessem ser generalizados e que tinham situado a revolução na vanguarda pela libertação do Continente. O núcleo do raciocínio estava no subdesenvolvimento latino-americano, caracterizado por uma industrialização débil e dependente, complementar ao centro capitalista, distorcida e desarticulada internamente, monoprodutora, monoexportadora e subordinada a um único mercado. O latifúndio e a existência de uma massa majoritária de camponeses representavam a outra face desta realidade que tinha sua expressão máxima em uma aliança de classes entre a oligarquia proprietária de terras e o imperialismo norte-americano. Um elemento decisivo foi que depois da experiência cubana, o imperialismo tomou consciência do desafio a que estava e ia continuar estando submetido e já não poderia ser surpreendi-

do com tanta facilidade como na ilha caribenha. O caráter da luta explica, como já se disse, que a burguesia fosse se alinhando, cada vez mais, ao lado do imperialismo.

O Che define a situação com muita precisão:

“Um imperialismo desesperado e histérico, decidido a empreender todo tipo de manobra e a dar armas e até tropas a seus títeres para aniquilar qualquer povo que se levante; latifundiários ferozes, inescrupulosos e experimentados nas formas mais brutais de repressão e uma grande burguesia disposta a fechar, por qualquer meio, os caminhos da revolução popular, são as grandes forças aliadas que se opõem diretamente às novas revoluções populares da América Latina” (GUEVARA, 1970, II, 413).

Guevara termina seu raciocínio, dadas estas condições, prognosticando, sem desdenhar outras possibilidades, que a via armada seria a forma predominante que assumiria o conflito de classes nessa etapa histórica.

Do ponto de vista do Che, a Revolução Cubana trouxe para a esquerda latino-americana dois elementos subjetivos fundamentais que seriam decisivos nesta nova fase:

Primeiro: a própria possibilidade do triunfo; demonstrar que é possível, que se pode vencer o exército regular e conquistar o poder político.

Segundo, a necessidade da mudança, isto é, a incapacidade do próprio sistema de assegurar níveis de vida dignos, sua necessidade de condenar à superexploração e à miséria as maiores classes sociais que põem em crise o modelo de dominação prevalente.

Já fizemos referência às relações existentes entre a etapa histórica (“atualidade da revolução”) e conjunturas históricas que concretizam e articulam em cada marco nacional os movi-

mentos políticos, sociais e culturais de fundo, assim como os perigos de uma configuração excessivamente mecânica que relacione a estratégia revolucionária a uma forma concreta de luta. Definir uma etapa histórica como revolucionária não significa, necessariamente, que este processo ocorra simultaneamente e com a mesma intensidade em todos e cada um dos países, embora todos se vejam afetados (isso dependerá da correlação de forças em cada um deles). Tampouco cabe pensar que as formas de luta e a estratégia revolucionária tenham que ser, obrigatoriamente, comuns e idênticas. Quando o Che enumera o que ele chama de aspectos excepcionais da Revolução Cubana, diz coisas muito importantes que não podem ser tomadas levianamente e que já não ocorrerão em outras revoluções na América Latina:

Primeiro, a atitude do imperialismo norte-americano. Depois da Revolução Cubana, a Administração imperial converteu-se em sujeito político e militar no conjunto da América, fazendo da contra-insurgência um elemento chave da chamada *doutrina de segurança nacional* vigente em todos e cada um dos Estados da região, aprofundando a relação militar e policial entre os EUA e as classes dominantes latino-americanas.

Em segundo lugar, a atitude das chamadas burguesias nacionais mudou radicalmente. Em Cuba, uma parte apoiou os revolucionários e outra foi embora do país quando aqueles triunfaram; no resto do continente as coisas não ocorreram assim: as burguesias nacionais passaram a uma nova etapa de aliança, praticamente sem fissuras, unidas em torno das prioridades definidas pelos Estados Unidos.

É certo que o processo de reestruturação do domínio político, tanto por meios econômicos como militares e culturais, representou um obstáculo extremamente importante para os re-

volucionários da América Latina, em condições em que a necessidade, de um lado, e a possibilidade revolucionária, de outro, significavam, para uma parte significativa das populações, um estímulo subjetivo de grande importância, a ponto de definir uma nova etapa histórica. O assunto torna-se menos claro, como antes se disse, quando se trata de definir como afetam, e a eficácia desses elementos e estruturas, segundo a correlação de forças existente em cada cenário nacional; e se obscurece ainda mais quando são relacionadas estreitamente a formas determinadas de luta.

Poderíamos afirmar que, para o Che, a estratégia revolucionária para esta etapa foi se concretizando na necessidade da luta armada como método mais adequado. Sua argumentação pode ser resumida do seguinte modo:

1) O caráter continental da luta e o protagonismo militar dos EUA.

2) O agravamento das condições de vida das maiorias sociais camponesas.

3) O autoritarismo político derivado da crise e das necessidades próprias do modelo e a ruptura com a ordem legal vigente.

Guevara concluía que a luta armada era inevitável e que se tratava de construir uma força material alternativa ao aparato político-militar do estado burguês dependente.

Com relação a esta questão é preciso entender que, quando o Che falava de "*via pacífica*" ele o fazia num sentido muito preciso:

"Trânsito pacífico não é conquista de um poder formal em eleições ou mediante movimentos de opinião pública sem combate direto, mas a instauração do poder socialista, com todos os seus atributos, sem o emprego da luta armada" (GUEVARA, 1970, II, 497).

Ou seja, seria possível uma estratégia político-institucional de massas capaz de combinar trabalho nas instituições e lutas sociais, mas sabendo-se que – quanto a isso o Che não tinha muitas dúvidas – a ruptura com o aparato e as instituições do estado burguês exigiria um momento militar. Sem eludir o problema real do poder, que é o problema de toda revolução, poder-se-ia pensar para diferentes países da América Latina uma estratégia revolucionária que não começasse ou que não se articulasse com a criação de um foco insurrecional de origem e composição camponesa, enfrentando o aparato militar do Estado. Este aspecto não fica totalmente claro na obra do Che e suas observações críticas sobre as vias de massa na luta político-institucional nem sempre são coerentes com seus próprios postulados, isto é, com sua idéia básica de que, para construir um foco revolucionário, é necessário o esgotamento da via civil, que os trabalhadores e as trabalhadoras entendam que não resta outro caminho, senão a via armada. A meu ver, como escrevi em outra ocasião (MONEREO, 98), a tensão entre os aspectos objetivos e os subjetivos no processo revolucionário, que é tão central no pensamento do Che, sempre acaba se rompendo do lado subjetivo, pelo fator voluntário. Tudo indica que os processos sociais necessitam de uma massa de “vontade crítica” que, se não é alcançada, termina por arruiná-los. Em meu entender, existe uma razão poderosa para esta dramática tensão em que se desenvolvia a ação e o pensamento do Che Guevara: tinha “pressa” – creio que esta é uma hipótese defensável – porque só havia um tempo determinado para fazer as coisas. Esse tempo não era biológico; era o tempo da conjuntura histórica.

O aspecto que vamos tratar pode ser um dos mais controvertidos do pensamento do Che, mas, também, da política seguida pela direção revolucionária cubana. As acusações feitas,

veladamente, ao Che, dentro e fora de Cuba, sobre seu suposto maoísmo ou aquelas que o tachavam de trotskista, por sua concepção do socialismo, expressavam o profundo incômodo que todos “os ortodoxos” sentiam diante dele; no entanto, paradoxos do destino, tinham encontrado nele um aliado infatigável desde os primeiros tempos da luta guerrilheira. Como quase sempre acontece, o Che nem era trotskista nem maoísta, simplesmente tinha cabeça própria e a usava indicando contradições objetivas que era necessário enfrentar, raciocinar e resolver; e não simplesmente desqualificar.

O problema não era o Che ou não era apenas ele, o problema estava no conjunto da direção revolucionária do país e tinha a ver com a estratégia internacional das forças socialistas. As diferentes intervenções públicas do Che, e as conversas que hoje conhecemos com dirigentes do PCUS*, evidenciavam uma preocupação muito séria com a atitude dos países socialistas em relação à aliança com os movimentos de libertação nacional e as forças revolucionárias em nível mundial.

As diferenças eram, em primeiro lugar, de apreciação, de análise da realidade. Para o Che, a etapa que se iniciava se caracterizava por um declínio relativo dos EUA e por um ascenso (na Ásia, África e América Latina) dos movimentos de libertação nacional de orientação socialista. Esta conjuntura histórica favorável tinha que ser aproveitada. A direção cubana e o Che, como parte dela, estavam dispostos, em função desta conjuntura, a arriscar até um enfrentamento nuclear, ainda que o custo fosse a imolação do povo cubano. Nas palavras do Che:

* O livro de Castañeda, a mais “ideológica” das biografias escritas sobre o Che nos últimos anos, tem elementos que nos são úteis: a transcrição de conversas com o Che, mantidas com, fundamentalmente, os soviéticos, assim como opiniões destes sobre o Che.

“É o exemplo arrepiante de um povo que está disposto a imolar-se atômicamente para que suas cinzas sirvam de alicerce para as novas sociedades e que, quando se realiza, sem que seja consultado, um pacto em função do qual os foguetes atômicos são retirados, não suspira de alívio, não agradece a trégua; sai a campo para fazer ouvir sua voz própria e única, sua posição combatente própria e única, e mais, sua decisão de luta, ainda que sozinho, contra todos os perigos e contra a mesmíssima ameaça do imperialismo ianque” (GUEVARA, 1970, II, 500).

Esta Revolução não brincava com balas de festim; por isso, sua direção, diante da atitude dos soviéticos no que se conhece como a “crise dos mísseis”, repudiou o fato, tanto de não ter sido consultada, como, o que é pior, de terem aceito as posições norte-americanas em um assunto tão decisivo como era o direito dos cubanos de dispor de armas nucleares para defender-se, num momento em que sua soberania estava em perigo iminente.

É lógico que essas diferenças de apreciação tivessem conseqüências quando se tratava de definir a estratégia internacional e que estas divergências se concentrassem no conceito de coexistência pacífica. Como ficou claro durante a “crise dos mísseis”, o grupo dirigente cubano tinha uma interpretação muito diferente da soviética quanto a esta coexistência. O conflito, a luta entre o socialismo e o capitalismo, tinha que se impor limites quanto ao emprego de armamento nuclear; isto, que no plano teórico parecia razoável, entrava em choque com graves questões práticas e com inumeráveis problemas, também, no plano teórico. O Che se opunha radicalmente a um conceito de coexistência pacífica como acordo entre as grandes potências, que deixava o resto do mundo ao arbítrio das intervenções político-militares dos Estados Unidos.

Coréia, Congo, Vietnam, os dilemas de Cuba e outros eram marcos dessa coexistência por cima, que mantinha conflitos e opressão imperialista por baixo.

O Che podia entender que se fizessem todos os esforços possíveis para evitar uma contenda nuclear, mas estes tinham que ser compatíveis com uma frente anti-imperialista mundial que fosse cercando, econômica, política e militarmente, os EUA.

Uma nova fase na luta pela libertação: da solidariedade à “internacional dos proletários e camponeses contra o inimigo comum”

A Revolução Cubana significava para o Che a entrada em uma nova fase, caracterizada pela atualidade da revolução. Do jovem Lukacs ao Gramsci autor da *Revolução contra O Capital*, com o subjetivismo ideal e a participação eufórica em um mundo que parecia mudar a cada minuto, a problemática dos períodos excepcionais, de crise e de transformação histórica acelerada se converteu em um elemento discriminante e definitivo. Discriminante, diante do evolucionismo objetivo de um capitalismo em expansão e de um reformismo que melhorava condições de vida e de trabalho, mas que adiava o momento revolucionário. Definitório, enquanto premissa objetiva que concretizava uma fase em que o questionamento do poder capitalista era o elemento comum de referência. Daí as várias expressões de um mesmo capitalismo singularizado pela evolução “normal” de suas condições sociais de produção; e de um capitalismo “anormal” onde, em determinadas condições, aparecia a pos-

sibilidade de uma transformação político-social de caráter revolucionário.

O Che intuiu, por meio de dados e de análises de seu presente, que se iniciava uma etapa de exceção no capitalismo que devia ser aproveitada. Pode-se entendê-lo, desde este momento até o trágico fim de sua vida, como um homem com pressa, que teme que se vençam os prazos e que, em certo sentido, tem que enfrentar o tempo. Aqui, como se viu anteriormente, existe no Che um realismo revolucionário muito acentuado, em que a atualidade da revolução poderia ser justificada por três elementos chaves:

1) o ascenso dos processos de libertação nacional e social no chamado Terceiro Mundo;

2) o declínio relativo da capacidade de domínio do imperialismo norte-americano;

3) a “decadência” do modelo soviético.

Estes três elementos vão se superpondo; os dois primeiros com muita força desde o princípio, e o terceiro, fruto de uma visão cada vez mais pessimista sobre o futuro do que na época se chamou campo socialista, marcado então pelas contradições chino-soviéticas. “A pressa” do Che, como já dissemos, tinha um fundamento objetivo: o declínio temporal da capacidade de domínio dos Estados Unidos da América podia ser reduzido em função à crise, já avançada, do campo socialista. A luta “contra o tempo” consistia em estimular, coordenar e dirigir uma ampla frente, capaz de tirar partido, a curto prazo, dessa crise de domínio.

Outro aspecto do assunto refere-se às necessidades estratégicas de uma revolução como a cubana, ameaçada e com uma recentíssima experiência de abandono e retrocesso do principal aliado (a crise dos mísseis soviéticos). Jorge Serguera

(Papito), em um livro imprescindível (SERGUERA, 1997), não tanto sobre o Che, mas sobre a política internacional da Revolução na época, explicita algo que muitos analistas, revolucionários ou não, já sabiam: os interesses da Revolução Cubana, sua defesa e consolidação, estavam unidos ao progresso revolucionário do Terceiro Mundo em geral e da América Latina em particular. Cuba precisava “distrair” e dividir ao máximo as forças político-militares do adversário norteamericano; ao mesmo tempo, o processo revolucionário em escala internacional favorecia uma correlação de forças mais benéfica para a Revolução Cubana. A direção política da ilha sempre soube tirar vantagem dessa tensão, não apenas frente aos EUA mas, o que é fundamental, frente ao bloco soviético.

À vista do que se acaba de dizer, pode-se compreender a enorme importância que o internacionalismo teve para o Che, em seu pensamento e em sua ação concreta como revolucionário; mas, além disso, o Che – em certo sentido – cumpriu também funções de “embaixador” e representante da Revolução Cubana em diversos lugares do mundo e de teórico e ideólogo daquela fase, frente ao movimento revolucionário internacional. Em um de seus primeiros textos e um dos mais importantes, *Cuba: Exceção histórica ou vanguarda na luta anticolonialista* (GUEVARA, 1970, II), polemiza com aqueles que pensavam que a Revolução Cubana era um fato excepcional na América Latina da época e, portanto, sem transcendência para a tática e a estratégia das forças revolucionárias no continente. O Che pensava que, como em qualquer revolução de verdade, havia elementos peculiares e também elementos de caráter mais geral. Importantes eram os não excepcionais, que inauguravam uma nova fase para a luta revolucionária na América Latina. No capítulo anterior analisamos as distintas vertentes deste problema, ra-

ção pela qual apenas nos referiremos aqui a sua insistência sobre a importância da Revolução Cubana:

“Nunca na América ocorrera um fato com características tão extraordinárias, raízes tão profundas e conseqüências tão transcendentais para o destino dos movimentos progressistas do continente, como nossa guerra revolucionária. A tal extremo, que foi qualificada por alguns como o acontecimento cardeal da América, que segue em importância a trilogia constituída pela Revolução Russa, o triunfo sobre as armas hitlerianas, com as transformações sociais subseqüentes, e a vitória da Revolução Chinesa” (GUEVARA, 1970, II, 503).

Uma questão importante consiste na análise que o Che fazia sobre as relações internacionais em geral e sobre o imperialismo em particular que, como se sabe, era um dos debates mais importantes do movimento comunista internacional e um dos eixos do nascente conflito chinso-soviético. As análises do Che – como sempre, de modo fragmentado – podem ser rastreadas em seu *Discurso em Punta del Este* (GUEVARA, 1970, II), em *Tática e estratégia da revolução latino-americana* (GUEVARA, 1970, II), em seu Discurso de Genebra e, sobretudo, em seu célebre *Discurso de Argel*, assim como na *Mensagem aos povos do Mundo*, na Tricontinental. É preciso destacar, entretanto, que também neste tema há, no Che, retificações e avanços de posições, embrionárias só em princípio e, do mesmo modo, alguns “silêncios” clamorosos que devemos desvendar para conhecer com precisão seu pensamento.

O Che partia de um princípio muito comum no pensamento “oficial” comunista, que consistia em definir a época como uma fase de transição entre o capitalismo e o socialismo. As diferenças surgiam quando este princípio geral era aplicado e relacionado às lutas de libertação dos povos do Terceiro Mundo. Se

tomarmos seu Discurso em Genebra, de 25 de março de 1964, (Conferência Mundial de Comércio e Desenvolvimento, da ONU), vemos como vão se perdendo os elementos básicos que caracterizam a etapa mencionada anteriormente; a linguagem é convencional, mas as ênfases e os silêncios anunciam um pensamento próprio. Em primeiro lugar, aparece a contradição entre os países socialistas e os capitalistas desenvolvidos; em segundo lugar, a contradição, também fundamental, entre os países desenvolvidos e os povos subdesenvolvidos; e em terceiro lugar, a contradição entre os países capitalistas desenvolvidos que lutam entre si pela repartição do mundo.

A primeira coisa que surpreende na enumeração destas contradições é o fato de ter desaparecido uma, que no pensamento comunista da época era decisiva: a contradição entre o capital e o trabalho. Poder-se-ia supor que está implícita na mais geral, entre capitalismo e socialismo; ora, não é assim, porque, quando se analisam os componentes, os sujeitos, as forças matrizes dessa etapa revolucionária, nunca aparece em seus escritos ou discursos uma referência direta à classe operária dos países capitalistas desenvolvidos; fala de alianças entre movimentos de libertação nacional e entre estes e os países socialistas, mas nunca explicita que papel desempenhavam na luta anti-imperialista, as forças sociais, políticas e revolucionárias dos países capitalistas desenvolvidos, especialmente, os europeus. Esta questão e algumas mais têm a ver com a análise que o Che fazia sobre o funcionamento do imperialismo. Este sistema de dominação manifesta diversas formas e mecanismos que polarizam, exploram e desenvolvem desigualmente um espaço sócio-econômico em todo o planeta. Trata-se – é a outra face – não só de um domínio político exercido extra-economicamente, mas de relações de exploração econômica fundadas na

lei do valor, de âmbito mundial, cujo principal mecanismo é o intercâmbio desigual. Dizia o Che:

“A chamada deterioração dos termos de troca não é senão o resultado do intercâmbio desigual entre países produtores de matéria-prima e países industriais que dominam os mercados e impõem a aparente justiça de um intercâmbio de valores” (GUEVARA, 1970, II, 550).

O fundamento teórico dessa posição tem a ver com algo que vimos no primeiro capítulo e que desenvolveremos no quinto, e que é a crítica do Che a Marx quanto a dois elementos para ele fundamentais: a teoria do imperialismo e a da pauperização. Considera que um dos erros mais graves de Marx é não levar em conta, em sua análise do capitalismo, o imperialismo e seu caráter polarizador; e, portanto, não situar no centro a contradição entre países imperialistas e países subdesenvolvidos ou dependentes e como esta contradição afeta a contradição entre capital e trabalho nos países centrais. O Che partia da análise de Lenin quanto a uma ordem hierárquica e um desenvolvimento desigual da cadeia imperialista.

O Che, seguindo novamente Lenin e vinculando a questão à problemática anterior, nota que a teoria da pauperização que Marx define, embora funcione para o sistema capitalista em seu conjunto, não funciona nos países centrais, e procura indagar porque; sua resposta fica definida pelo mecanismo do intercâmbio desigual que extrai uma parte do excedente dos países do Sul e o transporta para o Norte, dando à burguesia imperialista uma maior capacidade econômica para responder às demandas efetivas de suas sociedades:

“(Caberia aqui uma digressão sobre como, nos países imperialistas, os operários vão perdendo seu espírito internacional de classe sob a influência de uma certa cumplicidade na exploração dos

países dependentes e como este fato, ao mesmo tempo, lima o espírito de luta das massas no próprio país, mas este é um tema que escapa à intenção destas notas)” (GUEVARA, 1985, VIII, 257).

Em um trabalho inédito, o Che argumenta com muita clareza sobre tudo o que acabamos de afirmar dizendo, sobre o intercâmbio desigual:

“...Essa é a forma básica de exploração dos povos: extrai-se deles maiores riquezas em grau extraordinário, podendo-se criar então a aristocracia operária de tipo geral, digamos de toda uma nação, que era o que acontecia com os operários franceses na guerra da Argélia” (GUEVARA, 2000b).

O Che não só dá este exemplo como refere-se, expressamente, aos operários ingleses, alemães etc. Voltou a este mesmo tema em uma entrevista que concedeu à revista “*Révolution Africaine*” (GUEVARA, 1964b).

Em um texto que escreveu depois da derrota de sua experiência no Congo, inexplicavelmente inédito até fins de 1999, o Che aprofundou ainda mais as análises anteriores, chegando a perguntar-se:

“Qual é a principal contradição da época? Se fosse a dos países socialistas e imperialistas, ou entre estes e suas classes operárias, o papel do chamado Terceiro Mundo estaria muito reduzido. Não obstante, há cada vez mais sérias razões para considerar que a contradição principal está entre nações exploradoras e povos explorados. Não estou em condições de iniciar aqui uma tentativa de demonstração deste fato e de como não se opõe à caracterização da época como de transição ao socialismo” (GUEVARA, 1999, 267).

A questão que acabamos de expor serve para explicar as críticas do Che ao campo socialista; ora, convém não se equivocar: as críticas do Che são feitas de dentro e buscando uma aliança

estreita com o campo socialista. Neste sentido, Rafael Poch nos mostrou em seu recente livro, ao comentar a lembrança de Nikolai Leonov de como sua vida foi mudando depois que entrou em contato com os revolucionários latino-americanos – como se sabe, foi amigo pessoal de Raúl Castro e do próprio Guevara – assim como a influência que teve na política exterior da URSS para esta zona a Revolução Cubana, do mesmo modo, vê-se com nitidez a autonomia de Cuba no momento de definir as grandes opções internacionalistas⁷. Em seu célebre Discurso de Argel de 24 de fevereiro de 1965, o Che criticava os países socialistas desenvolvidos porque vendiam armas aos movimentos de libertação, enquanto ele considerava que deviam constituir uma doação revolucionária; criticava-os também porque realizavam seu comércio com os países subdesenvolvidos na base dos preços do mercado mundial e, portanto, sob mecanismos de intercâmbio desigual:

“No caso desse tipo de relação entre os dois grupos de nações, devemos convir que os países socialistas são, de certa maneira, cúmplices dos países capitalistas [...]. Os países socialistas têm o dever moral de liquidar sua cumplicidade tática com os países exploradores do ocidente” (GUEVARA, 1970, II, 574).

Mas, o Che também criticava aqueles países que, deslealmente, pretendem aproveitar-se em benefício próprio das contradições entre o capitalismo e o socialismo. Para concluir, podemos ler no mesmo discurso:

“O imperialismo é um sistema mundial, última etapa do capitalismo, que é preciso derrotar em um grande confronto mun-

⁷ Tal como assinalou Paco Fernández Buey, estas memórias sobre Leonov, que chegou a ser general da KGB, qualificam a posição leal e conflituosa do Che sobre o papel da URSS.

dial. A finalidade estratégica dessa luta deve ser a destruição do capitalismo. A participação que corresponde a nós, atrasados e explorados do mundo, é eliminar as bases de intervenção do imperialismo: nossos povos oprimidos, de onde extraem capitais, matérias-primas, técnicos e operários baratos e de onde exportam capitais – instrumentos de dominação –, armas e todo tipo de artigos, mergulhando-nos em uma dependência absoluta” (GUEVARA, 1970, II, 594).

Como vimos assinalando, o Che buscava realmente uma coordenação efetiva das forças revolucionárias em escala mundial, tanto para ajudar – como se verá mais adiante – as revoluções realizadas em condições de subdesenvolvimento e de dependência, como para viabilizar a criação de um exército internacional de revolucionários.

Este último aspecto está relacionado a uma intuição do Che, presente com muita ênfase em sua célebre *Mensagem aos Povos do Mundo*, onde, junto com a criação de “vários” Vietnam, expôs uma idéia que desenvolveria plenamente em sua *Passagem da Guerra Revolucionária: Congo*:

“Cada gota de sangue derramado em um território sob cuja bandeira não se nasceu, é experiência que ganha quem sobrevive para usá-la depois na luta pela libertação em seu lugar de origem. E cada povo que se liberta, é uma fase da batalha pela libertação do povo que foi ganha” (GUEVARA, 1970, II, 526).

No segundo texto, falando da derrota sofrida, o Comandante revolucionário destacava que o mais importante foi:

“O processo de decomposição de nossa moral combativa, já que a experiência inaugurada por nós não deve ser desperdiçada, e a iniciativa do Exército Proletário Internacional não deve morrer no primeiro fracasso” (GUEVARA, 1999).

Esta posição política supõe um salto qualitativo e expressa com total nitidez a coerência do pensamento do Che; mas expressa, também, as dificuldades para executar uma estratégia que exige grandes esforços dos participantes; deixa claro, ainda, que, quase com toda certeza, esperava demais do bloco soviético.

Que transição? Transição e transições

J á assinalamos que, para o Che, a concepção “socialista científica” ou, simplesmente, o marxismo, significava, sobretudo, a possibilidade historicamente determinada de controlar o processo histórico; de ordenar conscientemente o tempo de vida dos humanos. Este núcleo central de seu pensamento teria que se concretizar na prática política cotidiana, na práxis que dá origem às estratégias de construção de uma sociedade alternativa.

Vimos também que em uma passagem de sua argumentação, e seguindo a novidade da análise leninista do imperialismo que identifica dois tipos previsíveis de revoluções, no centro e na periferia; encontrou a base para estratégias diferenciadas de construção do socialismo, sempre – é preciso destacar – em condições internacionais determinadas. Vamos por partes.

Um primeiro assunto está relacionado ao problema teórico de sempre, sobre a transição ao socialismo ou do socialismo como transição ao comunismo. Como é sabido, nos anos 70 ganhou

importância na esquerda marxista o debate sobre se o socialismo era a primeira etapa da sociedade comunista, no sentido que Marx e Engels deram a este termo; ou antes, era preciso entender o socialismo como uma transição entre o capitalismo e o comunismo. Os vários sentidos possíveis do debate já se encontravam aí: não incrementar artificialmente as etapas para o socialismo e entrelaçar as “tarefas” socialistas às tarefas comunistas, evitando o taticismo e impondo uma dialética entre meios e fins, ambos entendidos de uma concepção comunista. Não se pode esquecer que uma visão como essa do problema iluminava e fornecia muitas pistas sobre a “natureza” dos chamados “países socialistas”, em pleno conflito chinso-soviético. Ao que seria necessário acrescentar o velho debate sobre as denominadas “vias nacionais para o socialismo”, tal como foi proposto nos anos 20, no quadro da herança de Lenin, e que se atualizou nas experiências dos anos 50 e 60 do socialismo iugoslavo, assim como nos países que ensaiavam uma via não capitalista de desenvolvimento ou para o socialismo.

A argumentação do Che era concreta e historicamente precisa: por um lado, a exceção (convertida em regra) de ruptura revolucionária da “cadeia imperialista” obrigava a delinear uma etapa prévia de transição ao socialismo; de outro, como já dissemos, os aspectos internacionais da luta de classes de uma perspectiva socialista, a possibilidade de “acelerar”, de “queimar etapas”, de “encurtar” as fases e de “acelerar” o ritmo, se se conseguisse construir uma autêntica plataforma econômica, política e militar das forças anticapitalistas.

Uma coisa a considerar é que para o Che a dialética entre fins e meios estava sempre presente nas várias fases do processo histórico-social emancipatório. Esta questão percorre desde muito cedo seus escritos e intervenções públicas. Já em 1962

(GUEVARA, 1985, VI), em uma Conferência para os estudantes da Faculdade de Tecnologia da Universidade de Havana, expunha três idéias que, de uma ou outra forma, iriam estruturar seu pensamento político no futuro:

Primeiro, o socialismo como um processo longo e complexo:

“Estamos agora na etapa de construção da sociedade socialista, sociedade que deve caracterizar-se pela anulação da exploração do homem pelo homem; (...) claro que ainda estamos longe do momento em que possamos dizer que construímos o socialismo e muito mais longe do momento em que possamos dispor-nos a percorrer a última etapa do caminho, pelo menos do caminho conhecido e previsto até agora, que é a preparação para a passagem ao comunismo” (GUEVARA, 1985, VI, 201).

A segunda idéia é muito característica das concepções do Che:

“Está em nossas mãos acelerar ou retardar a passagem para o socialismo...” (GUEVARA, 1985, VI, 201).

A terceira está relacionada com a concepção, por assim dizer, “recuperadora”, ou para usar uma linguagem marxista, “superadora” que o Che tinha do socialismo:

“No processo de criação da sociedade socialista, à medida que as forças da reação vão se debilitando, conseguiremos cada vez mais, por isso mesmo, debilitar a agudeza da luta de classes e tornar mais fácil para todos a passagem, mas é dever de todos nós salvar o que possamos salvar, recuperar o que for recuperável” (GUEVARA, 1985, VI, 202).

Trata-se de evitar, na medida do possível, os custos humanos, sociais e culturais que todo processo revolucionário comporta.

Tudo isso, tendo como tema central o desenvolvimento da consciência socialista, melhor dizendo, comunista. Para o Che, a

construção socialista estava relacionada com a necessária convergência de dois elementos básicos: incremento substancial da produtividade do trabalho social e elevação ininterrupta da consciência. No crescimento de ambas encontrar-se-ia a garantia do processo. Este desenvolvimento da consciência significa:

“Algo mais profundo do que o aprendizado da teoria nos livros, estritamente; teoria e prática, exercício da teoria, devem caminhar sempre unidos: não podem separar-se de maneira alguma” (GUEVARA,1985, VI, 203).

Para que isto seja possível – continuava raciocinando o Che – é necessário, de um lado, mudar a atitude em relação ao trabalho, entendido como contribuição pessoal, como obrigação moral e política do trabalhador para com a coletividade. Elementos chaves neste processo são o trabalho voluntário e a combinação do trabalho manual e intelectual, geradores ambos, para o Che, das condições morais e subjetivas de uma nova consciência comunista.

O outro lado do problema é a produtividade. Em todos os textos do Che desta etapa, mas também da etapa final, pode-se afirmar que a questão do aumento da produtividade do trabalho social era quase obsessiva, enquanto base necessária para gerar excedentes econômicos capazes de serem investidos em tecnologias adequadas às necessidades do desenvolvimento próprio, independente e auto-centrado de Cuba. Aqui, como sempre, o ponto de vista do Che é o da totalidade, isto é, pensar cada elemento estruturador como parte do todo que define uma fase histórico-social; no caso, a da transição ao socialismo.

Pouco a pouco foi abrindo passagem em sua mente uma concepção da transição em função de uma estratégia onde o nacional e o internacional buscavam articular-se coerentemente. Em uma Conferência um pouco posterior à que acabamos de

mencionar, expôs o problema com toda clareza, explicitando o núcleo “duro” dessa estratégia:

“Este é um país pequeno, um país com boas vias de comunicação; e um país que inicia a construção do socialismo em um momento em que a correlação de forças se volta para o campo do socialismo, e onde na consciência das pessoas praticamente já se estabelece, como uma verdade irrefutável, o fato de que a história caminha constantemente para novas formas sociais, e que depois de um período de transição entre o capitalismo e o socialismo, surge o socialismo como sociedade nova, dando depois passagem ao comunismo” (GUEVARA, 1985, VI, 276).

Na citação é possível notar dois elementos estreitamente vinculados: primeiro, a definição de fases de transição do capitalismo ao socialismo em escala mundial; segundo, a Revolução Cubana ocorrendo em um contexto caracterizado por mudanças extremamente positivas em favor do socialismo.

O Che, num cenário com essas características, sustentava, e o fazia cada vez com mais ênfase, que o aprofundamento do processo exigia coordenação e ajuda entre os componentes de uma frente anti-imperialista ainda por construir, como condição para um avanço coletivo. Partia de uma intervenção de Lenin no II Congresso da Internacional Comunista:

“A questão foi posta nos seguintes termos: podemos considerar justa a afirmação de que a fase capitalista de desenvolvimento da economia nacional é inevitável para os povos atrasados que se encontram em processos de libertação e entre os quais agora, depois da guerra, observa-se um movimento em direção ao progresso? Nossa resposta foi negativa. Se o proletariado revolucionário vitorioso realizar entre esses povos uma propaganda sistemática e os governos soviéticos ajudarem-nos com todos os meios a seu alcance, é errôneo supor que a fase capita-

lista de desenvolvimento seja inevitável para os povos atrasados” (LENIN, 1976b, 56).

Os países socialistas “adiantados” deveriam ajudar sistematicamente os “atrasados” para criar as condições objetivas que permitiriam acelerar as etapas e incrementar os ritmos de desenvolvimento sócio-econômico. O dever dos segundos consistia em criar as condições políticas, organizativas e de consciência socialista capazes de aproveitar essa colaboração desinteressada e solidária para construir uma nova sociedade. *O Discurso de Argel* ou a *Mensagem à Tricontinental* (GUEVARA, 1970, II) devem ser lidos e interpretados desta perspectiva.

Os elementos indicados estarão presentes, de uma ou outra forma, na futura ação política do Che. Outro assunto refere-se à concepção geral que o revolucionário argentino tinha da transição, agora sim, para o comunismo, como processo histórico sempre reversível e com muitas possibilidades de ser bloqueado. Nesse sentido, a transição para o comunismo é concebida como um conjunto de desafios e obstáculos que necessariamente devem ser superados se se quiser alcançar tal fim.

Como se sabe, a tradição marxista imaginou e pensou a transição ao socialismo, primeira fase da sociedade comunista, como uma etapa histórica conflituosa, necessariamente iniciada por uma revolução política e social dirigida pela classe operária, com um tríplice objetivo:

- 1) consolidar o poder político;
- 2) nacionalizar ou socializar os meios fundamentais de produção e de troca;
- 3) transformar as estruturas e instituições que reproduzem o poder social.

O que é específico da revolução socialista em relação à revolução burguesa, é que precisa conquistar, previamente, o poder

político, para realizar efetivamente as transformações sociais e econômicas necessárias.

O “velho” Lukacs insistia neste aspecto com muita inteligência:

“Enquanto em formações sociais anteriores a transformação da estrutura econômica, socialmente considerada, costuma ocorrer por necessidade espontânea – o que naturalmente não impede que as posições econômicas específicas dos indivíduos se realizem como práticas dirigidas conscientemente (embora com frequência com uma falsa consciência) – o primeiro grande ato da passagem ao socialismo, a socialização dos meios de produção, sua concentração em mãos da classe operária, tem como consequência necessária para o conjunto da economia, o imperativo social de tornar-se consciente” (LUKACS, 1989, 82).

A opinião do Che coincide com a afirmação do filósofo húngaro, o que ele manifesta com muita clareza. Não se chega ao comunismo automaticamente, a partir do desenvolvimento das forças produtivas, a partir da simples conquista do poder político, ou a partir da maior ou menor estatização dos meios de produção, mas pelo desenvolvimento da consciência, que requer tudo o que foi dito, mas que não é redutível a isso. A existência de uma etapa prévia ao socialismo complica essa chegada, torna-a mais difícil e existe o perigo de que o processo se interrompa ou se desvie para outro modo de organização social não comunista.

Convém não se perder entre tantas etapas; para o Che, esta etapa prévia não deve confundir-se com as posições, mais ou menos consagradas pelo pensamento comunista oficial da América Latina, de uma suposta primeira etapa democrática, relacionada com uma aliança popular com a “burguesia nacional”. O Che tinha cada vez mais clara a idéia de que a revolução socia-

lista na América Latina era uma necessidade histórica; simplesmente constatava que:

a) nas condições do imperialismo capitalista existe a possibilidade de uma transição – não clássica – para o socialismo, como conseqüência da existência de um campo socialista aliado e de uma correlação de forças cada vez mais favorável às forças revolucionárias;

b) a existência de um único mercado mundial sob hegemonia capitalista, e que permite o funcionamento da lei do valor em escala internacional, impõe sua lógica e subordina tanto os países capitalistas dependentes como os que se encontram em processo de transição para o socialismo.

Como se pode observar, existe uma dialética de conflito explícita: possibilidade de revoluções socialistas em países subdesenvolvidos, mas em contextos extremamente difíceis e com grandes obstáculos a superar.

Como sempre, o Che não generalizava: tentava responder aos duros desafios da realidade de um ponto de vista comunista. A presença de uma etapa prévia ao socialismo, em um país subdesenvolvido, que rompe com seu papel e função na cadeia imperialista, complica muito o caminho para o socialismo. A subjetividade organizada, preponderante no processo de construção da nova sociedade, tem que ser reforçada em condições

“...em que se conjuga o fato histórico de uma sociedade que sai do capitalismo sem completar o desenvolvimento dessa etapa (e na qual se conservam restos de feudalismo), com a concentração em mãos do povo da propriedade dos meios de produção” (GUEVARA, 1985, VIII;233).

Este desenvolvimento incompleto compreende o custo de um déficit de condições objetivas, isto é, por um lado, a inexistência de uma riqueza social capaz de ser repartida no pro-

cesso e, de outro – nisso Bettelheim tinha razão – um insuficiente grau de desenvolvimento e de socialização das forças produtivas.

É evidente, neste contexto, o “realismo” com que o Che formulou suas propostas:

a) Cuba necessitava de um importante apoio econômico e tecnológico dos países socialistas;

b) o partido da Revolução Cubana devia aproveitar o entusiasmo, a mobilização popular e as mudanças sociais e culturais desencadeadas pela própria Revolução para incrementar a produtividade global do sistema;

c) o “salto” na consciência das massas podia garantir uma maior motivação para o trabalho, melhorando sua quantidade e qualidade, incrementando a criatividade dos operários e empregados, em momentos em que a escassez de peças de reposição e a substituição forçada de tecnologia requeria uma maior implicação subjetiva do trabalhador no processo.

Tendo chegado a este ponto estamos em melhores condições para compreender a importância que tinham para o Che certas questões econômicas e sociais que marcariam o debate cubano dos anos seguintes e que ainda hoje estão em aberto. Referimo-nos à questão dos estímulos morais e materiais; à organização centralizada ou não do mecanismo econômico socialista; à relação das economias subdesenvolvidas com o mercado mundial e com os países socialistas; o planejamento econômico socialista como processo político-social etc.

Duas formas de organizar a economia: os fins estão nos meios

O debate político e teórico sobre o modo concreto de organizar o “mecanismo econômico” da sociedade de transição teve fases diversas e conteúdos políticos e ideológicos cada vez mais diferenciados durante os primeiros anos da Revolução Cubana. Como se sabe, na primeira etapa da revolução foram ensaiadas ao mesmo tempo duas formas de gestão empresarial e de articulação da economia, em torno do chamado “Cálculo Econômico” ou autogestão financeira (CE) e do denominado Sistema Orçamentário de Financiamento (SPF)⁸. A primeira, herdeira da experiência soviética e implementada fundamentalmente pelo Instituto Nacional da Reforma Agrária (INRA) e, a segunda, proposta e aplicada pelo Ministério da Indústria, dirigido, na época, pelo Che. Os aspectos compartilhados, o debate

⁸ A decisão política consistiu em por ambos os sistemas à prova em diferentes setores da economia; esta experiência se estendeu de 1962 a 1965.

técnico e os bons propósitos referentes ao que havia de positivo na coexistência e em uma sadia emulação entre as duas instituições, não podiam ocultar suas diferenças de fundo sobre as distintas formas de direção e os limites da descentralização, sobre o papel dos estímulos morais e materiais, sobre as formas mais eficazes para encurtar as etapas e os ritmos de desenvolvimento etc.; e, mais ainda, sobre duas concepções do socialismo em Cuba.

Em um artigo conhecido⁹ (GUEVARA, 1985, VIII), o Che pretendeu sistematizar polemicamente as diferenças entre os dois sistemas, distinguindo questões metodológicas de questões mais de fundo, que de alguma maneira determinariam o futuro socialista do país. A argumentação é muito típica do Che: destaca o referencial estratégico comunista, fundamentado em várias citações de Marx (jovem e velho), Lenin, Stalin ou Lange, que lhe permitiram chegar a duas conclusões que definem com precisão seu pensamento e que ele defenderia coerentemente até o abandono da ilha, a saber:

- a) Chega-se ao comunismo conscientemente, com um propósito social, econômico e culturalmente organizado.
- b) Deve-se ir buscar a tecnologia, fundamental para superar o subdesenvolvimento e a dependência, ali onde esteja mais desenvolvida, sem temer possíveis “contaminações”.

Embora o primeiro conceito esteja muito claro no texto, sobre o segundo devemos deter-nos para explicá-lo, dado que tem uma enorme importância para entender o debate em curso. O Che não se cansou de repetir, uma e outra vez, o que outros já sabiam: a organização empresarial e o controle contábil dos grandes monopólios, muitos dos quais operavam na ilha,

⁹ Sistema Orçamentário de Financiamento.

eram claramente superiores aos do campo socialista; mais adiante chegaria à conclusão que essa superioridade também se manifestava em diversos aspectos tecnológicos. Não deixava de causar admiração ao dirigente revolucionário a capacidade dessas empresas transnacionais de dirigir e programar detalhadamente, de Nova Iorque ou da própria Havana, o funcionamento concreto de suas fábricas ou estabelecimentos industriais e de serviços.

O problema que o Che pretendia resolver poderia ser resumido do seguinte modo: em um país pequeno, com uma indústria débil e dependente, com boas comunicações e com as técnicas contábeis mais avançadas do capitalismo monopolista... Seria possível organizar e programar, com base em um modelo de gestão mais centralizado e eficiente, o necessário salto à frente de que o país e a revolução necessitavam? Ernest Mandel viu o problema de uma ótica parecida:

“...número reduzido de empresas (menos só do que em Moscou); número ainda mais reduzido de quadros industriais e financeiros capazes; meios de telecomunicação bastante desenvolvidos, muito superiores aos de outros países com um nível de desenvolvimento das forças produtivas comparável ao de Cuba; necessidade de uma economia dos recursos e de controle muito estrito sobre eles... (MANDEL, 1968, 69).

O Che pretendeu fundamentar a resposta a esta questão fundamental, em um mecanismo de gestão econômica que chamou de Sistema Orçamentário de Financiamento e que seria algo assim como “a via cubana para o socialismo” nas condições do capitalismo imperialista tardio.

Do ponto de vista metodológico, o Che caracterizou com três elementos as diferenças fundamentais entre os dois sistemas:

- a) a concepção da empresa;
- b) o papel do dinheiro;
- c) a remuneração da força de trabalho e a questão dos estímulos.

Para o cálculo econômico (CE) a empresa era uma entidade técnico-produtiva com personalidade jurídica própria e independente; para o SOF a empresa era um conjunto ou uma trama de diversas unidades produtivas ou oficinas de uma mesma fábrica que compartilhavam tecnologias parecidas, com um destino mais ou menos comum do produto e que formariam parte, aí está o fundamental, de uma totalidade econômica. Um caso de empresa seria o exemplo que o Che utilizou, do açúcar. Para o CE uma Usina de Açúcar seria uma empresa; para o SOF o conjunto das unidades produtivas do setor, às quais se somariam outras atividades relacionadas, formariam uma única “empresa consolidada” do açúcar. Algo similar ao processo adotado em alguns países socialistas (RDA, URSS...) que naquela época estavam buscando formas novas de organização empresarial no complexo quadro das chamadas reformas econômicas, levadas a cabo nos chamados “conglomerados ou complexos empresariais”.

Doravante devemos reter esta parte da argumentação já que, baseado nela, o Che defenderá a idéia de que os produtos – ou fases destes – que circulam no interior do setor estatal, no interior de uma empresa ou entre empresas, não são propriamente mercadorias e, portanto, não seguiriam a lógica da lei do valor.

No CE o dinheiro era um meio de pagamento e um instrumento indireto de controle por parte do banco público que é quem garante os fundos e vela por sua solvência e rentabilidade. Para o SOF o dinheiro é simplesmente um instrumento aritmético, contábil, como que o reflexo da gestão da unidade produtiva se-

gundo as previsões do plano. Os produtores não têm, obviamente, fundos próprios, nem depósitos em conta bancária.

A remuneração é outro aspecto central das diferenças substanciais entre os dois modelos. As empresas do CE usavam, fundamentalmente, o trabalho por hora ou peça, ou seja, por tarefa, como forma predominante de remuneração. Mas, para o SOF, as empresas deviam utilizar a regulamentação pelo tempo, isto é, a remuneração calculada segundo a média de tempo e intensidade do trabalho, em condições tecnológicas dadas, premiando a produção acima da meta mas limitado o prêmio à tarefa superior. Aqui é necessário chamar a atenção para o pagamento por tarefa ou qualquer forma de estajanovismo, e para um prêmio adicional limitado em caso de cumprimento acima da meta. Mais adiante teremos ocasião de analisar tudo isso de forma mais precisa.

Esta argumentação dá um salto qualitativo quanto às chamadas “questões de fundo”, referentes aos estímulos materiais e morais. O Che partia de uma afirmação clara e terminante:

“não negamos a necessidade objetiva do estímulo material*; só não concordamos com seu uso como alavanca fundamental já que – seguimos seu raciocínio – em uma economia assim, uma alavanca deste tipo adquire categoria “per se” e depois impõe sua própria força na relação entre os homens. Não se pode esquecer que vem do capitalismo e está destinado a morrer no socialismo” (GUEVARA, 1966, 263).

A questão poderia ser posta nestes termos: o Che aceitava como inevitável a necessidade de estímulos materiais na longa fase de transição ao socialismo, mas insistia em que:

a) os prêmios nem sempre tivessem um conteúdo monetário;

* sublinhado pelo autor

b) fossem estimuladas formas de “prêmios coletivos”, indiretamente salariais.

O Che distinguiu claramente, entre a norma de trabalho, entendida como o mínimo, isto é, como a obrigação econômica e social dos trabalhadores para com a comunidade; e a produção acima da meta, que deveria ser retribuído preferentemente com formas não salariais e destinadas a melhorar a qualificação profissional e tecnológica dos trabalhadores, o que a posteriori significaria uma retribuição salarial mais alta. Também pretendia, com este sistema, fomentar os prêmios coletivos com o objetivo de promover a cooperação altruísta e que tivesse como recompensa melhorias nas condições sociais das empresas, nas lojas, nos serviços, no emprego do tempo, isto é, em formas coletivas de retribuição frente ao caráter monetarista e mercantil dos prêmios monetários.

A importância que o Che atribui ao assunto é tal que o situa no centro do debate sobre o modelo de socialismo, critério que “mede” a profundidade socialista da transição e que, até certo ponto, explica as crises recorrentes do socialismo existente no chamado bloco soviético. A radicalidade do problema é analisada, sistemática e minuciosamente, nas reuniões bimestrais do Ministério da Indústria onde o Che, sem diplomacia e com muita franqueza, debatia com sua equipe de direção e com os dirigentes de empresas, as questões mais complicadas e decisivas. Na reunião de 20 de janeiro de 1962 (GUEVARA, 1966, 141) já fixava os critérios sobre um tema de tanto peso como este, quando dizia que:

a) nos estímulos materiais e morais há um certo caráter cíclico, segundo a fase do processo revolucionário:

“Nos países que estão nas primeiras etapas de sua revolução, onde há uma efervescência revolucionária maior, o estímulo moral supera o estímulo material; depois, em geral, caminha-se para um estímulo material perfeitamente estabele-

cido e regulamentado que, praticamente, limita a atuação do estímulo moral porque o relega a um segundo plano” (GUEVARA, 1966, 141).

Daí que, aproveitando a efervescência que se vivia então em Cuba, era preciso aumentar os estímulos morais até o limite do socialmente aceitável.

b) Decisivo, não obstante, era:

“não obstruir o estímulo material, mas não torna-lo quantitativo e sim qualitativo. Todos os operários têm obrigação moral e revolucionária de ultrapassar a meta de trabalho” (GUEVARA, 1966, 141).

c) Insistia em que ambos os sistemas, ao menos no papel, poderiam contribuir positivamente para o objetivo comum socialista. Decisivo para ele era que o SOF estava em melhores condições para chegar mais rápido:

“Criam-se as condições para ir avançando numa velocidade extraordinária”. Trata-se, de fato, de criar as condições subjetivas para avançar num ritmo mais rápido para o socialismo “desligando um pouquinho o operário do produto, isto é, criando o trabalho como dever social e a retribuição como um dever que a sociedade tem para com o operário, pelo fato de nascer e viver em uma sociedade socialista” (GUEVARA, 1966, 141).

Esta linha de pensamento vai avançando sobre si mesma e a cada passo fica mais concreta. Por exemplo, na sessão de 12 de outubro de 1963, afirmava taxativamente que:

“OSOF é parte de uma concepção geral do desenvolvimento da construção do socialismo e deve ser estudado, portanto, em seu conjunto” (GUEVARA, 1966, 387).

Foi na sessão de 21 de dezembro daquele mesmo ano que o Che, com luxo de detalhes, explicou que, por trás do debate sobre os estímulos morais e materiais, existem, na realidade, duas

concepções de socialismo (a cubana e a soviética), destacando ainda que o sistema que defendia estava muito mais próximo das novas exigências de desenvolvimento das forças produtivas materiais; até chegar a 11 de julho de 1964, quando afirmou que existe uma relação entre o estímulo material, o cálculo econômico, a generalização da lei do valor e a volta ao capitalismo.

No artigo a que já nos referimos sobre o SOF, existe uma questão que conviria analisar e que serviria para demonstrar o modo específico de encontro com a realidade, na teoria e na ação, do Comandante argentino-cubano. Referimo-nos à questão do excedente econômico acumulado graças à intensidade, qualidade e qualificação do trabalho. O problema que o Che levanta é o seguinte: se a meta de trabalho é ultrapassada, isto significa mais benefício para a sociedade e, por conseguinte, deve-se premiar a força de trabalho. Ora, dizia o Che:

“Aceitamos esta concepção como um mal necessário de um período transitório, mas não aceitamos que a máxima, “de cada qual segundo sua capacidade, a cada qual segundo seu trabalho”, deva ser interpretado como o pagamento completo, em plus salário, da porcentagem de sobre cumprimento de uma meta dada” (GUEVARA, 1985, VIII, 19).

O desenvolvimento posterior da explicação, tendo como fonte a autoridade de Marx, esclarece o que acabava de afirmar. A meu ver, a proposta de modelo organizativo, o marco econômico global, a forma de gestão e o papel da força de trabalho, têm muito a ver com esta necessidade imperiosa para o Che, de “tomar atalhos, de acelerar o ritmo”; aproveitar e desenvolver as potencialidades transitórias derivadas de um reforço dos fatores produtivos do processo, propiciado pelo triunfo da revolução e pelas mudanças econômicas, sociais e culturais vinculados a ela.

No entanto, algumas questões não ficam de todo claras. O SOF era uma estratégia para o desenvolvimento de Cuba ou era, também, um elemento essencial de uma nova estratégia para o socialismo e o comunismo? Por sua vez, o debate centralização-descentralização, ao qual voltaremos, era de certa maneira instrumental: descentraliza-se a partir de um poder que define os limites dessa descentralização, e dos distintos subsistemas produtivos. Por fim, é a decisão política, mais ou menos fundamentada teórica e politicamente, que se impõe: a centralização (entendida como a tomada pelo centro das decisões econômicas fundamentais) não é a mesma coisa em uma forma primitiva e atrasada de organização econômico-social que em uma economia desenvolvida, mais diversificada, com processos mais longos de articulação produtiva e com um crescimento das interdependências setoriais mais intenso. A descentralização deve ser a mesma? É possível, sem grandes distorções produtivas, manter estruturas que, embora possam ter sido positivas em uma etapa anterior, são hoje um obstáculo para a reprodução eficiente do sistema? A gestão da força de trabalho, uma vez transformados em rotina os processos revolucionários e tendo as mudanças políticas e econômicas se convertido em algo normal, não transformaria a relação entre os estímulos morais e materiais? E, sendo assim, que tipo de estímulos morais?

Estas questões nos levam necessariamente a outras que estão relacionadas com problemas mais amplos e são mais significativas política e culturalmente. Referimo-nos ao tema da participação, da democracia na empresa e na sociedade, assim como ao papel da força de trabalho no processo de construção de uma sociedade nova.

Planejamento, mercado, socialismo

Em torno deste triângulo conceitual se concentraram os dilemas e desafios do trabalho teórico e político do Che, no tempo, sempre transitório, de construção de uma sociedade alternativa à velha formação social subdesenvolvida cubana. Estes três termos expressam bem o sentido da batalha: planejamento, como propósito consciente de chegar a uma sociedade de homens e mulheres livres e iguais, emancipada do mal social da exploração; mercado, presença do passado e formidável inimigo ativo em todo o processo de mudança social e cultural real; socialismo: produto consciente, nem espontâneo nem automático, de uma ordem social, política, cultural, nacional e internacional, sempre reversível e fase primeira do comunismo, ou seja, o que é realmente importante é a finalidade de todas as intenções e de todas as ações. Para expressá-lo nos termos do Che: “três conceitos e uma contradição”, superar conscientemente a lei do valor, mecanismo não intencional que

regula o mercado e está por trás de homens concretos e determinados historicamente.

Este triângulo conceitual se encontra de forma expressa na parte conhecida da obra do Che; apenas com algumas nuances de conteúdo que, quando existem, acentuam o alcance de significados que delimitam para o Che o que é fundamental e decisivo neles; onde se entrecruzam valores, conceitos e sentimentos tão típicos dos velhos e novos projetos de emancipação humana. Um exemplo disso reside no conceito de planejamento. Vimos seu significado histórico na parte introdutória deste trabalho; aqui analisaremos apenas seus aspectos programáticos e institucionais. Para o Che, planejamento e socialismo constituem aspectos relevantes de uma mesma realidade: luta contra o capitalismo e transição para a nova sociedade. Desde o início, o planejamento foi concebido como um instrumento consciente para transformar a realidade do subdesenvolvimento e assim pode ser rastreado em um conjunto de intervenções públicas, de conferências e textos, durante uma primeira etapa que culmina no decorrer do adestramento do Ministério da Indústria, de 23 de julho de 1963 (GUEVARA, 1985, V, 61).

Para o Che, como já indiquei:

“O planejamento está para o socialismo como a anarquia da produção está para o capitalismo” (GUEVARA, 1985, V, 174).

O papel central do planejamento provém de sua capacidade para ordenar conscientemente a produção, a distribuição e a acumulação, segundo prioridades sociais básicas, isto é, as necessidades das populações versus o benefício individual. Dois elementos parecem perceptíveis no processo de elaboração, aprovação e execução do plano segundo a metodologia socialista:

a) um aspecto técnico-econômico, que estaria relacionado a uma informação confiável sobre as variáveis econômicas

fundamentais do país e uma rigorosa consistência racional entre fins e meios que explicita mecanismos de verificação, ajuste e controle;

b) um aspecto político-econômico, fundamental para o Che, derivado da necessidade, de um lado, de um envolvimento real da população, fundamentalmente da classe operária, no planejamento em todas as suas fases, e, de outro lado, da necessidade em todo o processo de uma firme direção política:

“O plano tem vigor e tem vida no momento em que chega às massas. É ali que adquire a nova dimensão de procedimento socialista, de procedimento de um país em revolução para solucionar seus problemas econômicos” (GUEVARA, 1985, V, 178).

Ora, o Che, em uma passagem muito característica de seu modo de pensar, distingue as massas – força social organizada – do indivíduo, parte do coletivo, porém irreduzível a ele, que também tem que ser ganho para o esforço consciente socialista:

“...o plano não somente analisa as cifras, mas leva em conta que o homem está ali, trabalhando no plano; o homem é parte do planejamento e fator importantíssimo nele” (GUEVARA, 1985, V, 180).

Mais adiante, quando começa a hora das autocríticas, dos planos mal elaborados, incoerentes entre meios e fins e com previsões carentes de rigor, o Che, também forte na autocrítica e entendendo que a verdade é um componente irreduzível da política, refere-se a estes balbucios ou começos de uma estratégia socialista tomando nota meticulosamente dos erros cometidos e tornando-os públicos, transformados em experiência pensada e analisada e, portanto, disponíveis para servir de ensinamento aos que, como os cubanos, tentavam “assaltar os céus” a partir da pobreza e do subdesenvolvimento. Não é, pois, por acaso que o Che expunha, de forma sintética e ordenada,

um balanço autocrítico em seu discurso no Seminário sobre Planejamento, na Argélia. Primeiro explicitou o que é o planejamento socialista:

“Para que exista planejamento tem que existir socialismo; para que exista vontade de planejamento e vontade de ir progredindo nesse caminho, tem que existir vontade de socialismo e capacidade de desenvolver-se nesse sentido” (GUEVARA.1985. TVII. 82).

Em segundo lugar, autocriticamente esclareceu que não se pode confundir revolução socialista e Estado socialista; planejamento e socialismo devem relacionar-se por meio dos dados reais que marcam o ponto de partida:

“Não se pode forçar o planejamento enquanto as condições econômicas objetivas não o permitam” (GUEVARA. 1985. T VII. 83).

Em terceiro lugar constatou que a experiência de outros países socialistas foi copiada mecanicamente, o que tira credibilidade e espontaneidade ao processo e favorece indiretamente o burocratismo. Tudo isso em um contexto determinado por um aparelho de Estado herdado e incompetente, quando não contra-revolucionário e de novos quadros dirigentes inexperientes e pouco qualificados.

Relatando os acertos e os erros da experiência cubana, o Che se perguntava o que faria se pudesse começar de novo. Três são os pontos que destacou: primeiro, estatísticas, mais informação e mais veracidade nelas, até convertê-las em um verdadeiro problema nacional; segundo, encontrar novas formas de relações econômicas com os países socialistas e, terceiro, aumentar progressivamente a capacidade real e efetiva de planejamento. Em um documento inédito do Che recuperado por Carlos Tablada (TABLADA. 1997b), acabou se

definindo de forma precisa sobre o plano no modelo soviético; dizia assim:

“Frente à concepção do plano como uma decisão econômica das massas conscientes de seu povo, ocorre o estímulo material, em que as alavancas econômicas decidem seu êxito. É mecanicista, antimarxista, as massas devem ter a possibilidade de dirigir seu destino, resolver quanto vai para a acumulação e quanto para o consumo; a técnica econômica deve operar com estas cifras e a consciência das massas assegurar seu cumprimento” (TABLADA. 1997b. 134).

A meu ver, a intervenção de Argel marca uma solução de continuidade, define pontos de ruptura e aponta linhas de futuro que qualificam um projeto político ideal cada vez mais firme no Che. Estes elementos vão se definindo pouco a pouco com precisão e, como sempre, são o resultado de problemas reais vividos e analisados, de desafios de um mundo mais complexo e desconhecido do que se pensava. Daí o distanciamento do modelo soviético e a preocupação diante da crescente fossilização dogmática da revolução cubana; a descoberta que o sistema tecnológico dos países socialistas estava se atrasando perigosamente em relação aos países capitalistas mais avançados, em um contexto – o Che advertia uma e outra vez quanto a isso – de mudanças tecnológicas aceleradas; também a necessidade de uma via própria para Cuba que era preciso construir aceleradamente, em um novo cenário econômico e político internacional.

Partir da *autocrítica de Argel* ajuda muito a entender o debate que se travou em Cuba, durante os anos de 1963 e 1964, sobre o mercado e o socialismo; mais concretamente, planejamento socialista e funcionamento da lei do valor, com um rigor científico apreciável e que terminou, em mais de um sentido, com a saída do comandante cubano-argentino para o Congo.

Costuma-se começar a análise e a discussão esquecendo um texto que considero capital e cujo conhecimento cabal nos ajudaria a entender algumas posições que o Che defendeu e sem as quais este texto parece ficar sem sustentação. Referimo-nos a um artigo intitulado: *Considerações sobre os custos* (GUEVARA, 1985, VII). Começar por aí tem interesse porque indica um elemento chave, geralmente deixado de lado neste debate: a importância do mercado mundial como funcionamento *mais puro* da lei do valor e como mecanismo – espelho – de comparação sobre as produtividades relativas da economia cubana. O Che considerava fundamental que a estrutura dos preços relativos no interior do país não se desligassem da estrutura de preços internacionais, idealizando instrumentos que permitissem uma relação mais estreita entre ambos índices já que, e isto é fundamental, uma vez desvinculada substancialmente dos fundamentos do livre mercado, a lei interna do valor não está em condições de servir de guia para o funcionamento da economia.

Neste sentido, o Che pensava que a economia cubana deveria construir índices estatísticos, tanto mais completos e diversificados quanto possível, que pudessem medir as produtividades relativas da economia cubana em relação à economia mundial. O objetivo do processo era que os planejadores e os dirigentes empresariais pudessem conhecer três tipos de preços: um preço-mercado mundial, um preço-custo de produção e um preço-interno. É necessário destacar aqui seu brilho ao tentar implementar em tempos tão iniciais e difíceis como aqueles, elementos tão importantes como a “dupla contabilidade” ou a normatização técnica, incompreensivelmente “esquecidas” por diversos autores ao estudar a análise econômica do Che. Como já vimos ao longo deste trabalho, sua autêntica obsessão era o incremento substancial da produtividade do trabalho e a redução de custos. O problema,

quase nunca resolvido, era como medi-los. O Che dizia que os preços mundiais deviam ser a medida de referência. É preciso assinalar que ele estava muito longe de qualquer proposta autárquica para a economia e que, por sua vez, criticava as políticas predominantes no campo socialista que tendiam, ao contrário, a isolar-se dos preços mundiais.

Resumindo o pensamento do Che, poderíamos dizer que:

1) A lei do valor em nível mundial é fundamental: é o mecanismo que subordina e perpetua o subdesenvolvimento no planeta por meio de mecanismos como o intercâmbio desigual e outros.

2) A economia cubana, qualquer economia, deveria encontrar mecanismos que relacionassem as produtividades internas às produtividades mundiais.

3) As enormes dificuldades para que a lei do valor possa ser um instrumento de regulamentação em uma economia socialista da qual foram eliminados os traços característicos de uma economia de mercado.

Este não é o lugar para analisar *in extenso* o que foi denominado o grande debate socialista cubano¹⁰. Só nos referiremos aos artigos que o Che contestou e às posições que defendeu, isto é, aos debates com o Comandante Alberto Mora e com Charles Bettelheim, assim como a algumas questões extremamente pertinentes propostas na época por Ernest Mandel (SILVERMAN, 1973).

O Comandante Mora defende em seu artigo, com peso desigual, três idéias em clara polêmica com as defendidas

¹⁰ Livro de Bertram Silverman, *Man and Socialism in Cuba. The great debate* expõe este debate de modo completo. Uma síntese pode ser encontrada em Che e outros. *La economía socialista: debate*.

pelo Che e sua equipe. A primeira questão que expõe é bem precisa:

“No socialismo a lei do valor continua operando, embora não seja o único critério regulador da produção. No socialismo a lei do valor opera por meio do plano”.

A segunda diz que:

“no momento atual, a lei do valor mantém seu sentido: opera, como critério econômico, ainda dentro do setor estatal”.

A terceira enfrenta diretamente o SOF e se expressa assim:

“Atualmente em Cuba o setor estatal não constitui ainda, de nenhuma maneira, uma única empresa” (MORA, 1963).

Vamos confrontar diretamente as duas primeiras afirmações com as opiniões do Che, ao mesmo tempo em que incluiremos a terceira na resposta às questões levantadas por Bettelheim.

A resposta do Che foi organizada em vários planos: primeiro, demonstrou algumas imprecisões de Mora no que se refere à teoria marxista do valor; concretamente, a redução desta a uma imprecisa e abstrata generalização entre recursos escassos e necessidades crescentes dos seres humanos, o que tem como consequência sua apresentação, no fim, como uma resultante entre oferta e demanda. O caráter objetivo, historicamente determinado e independente da vontade de seres humanos concretos, torna-se óbvio, perde seu caráter de fundamento último do intercâmbio entre mercadorias e sua relação com o preço das mesmas.

Mora, no entanto, destaca uma dificuldade muito própria do marxismo: a superação do princípio de *especificidade histórica* no processo que vai da análise do capitalismo ao ponto de vista do planejador socialista em torno de conceitos muito gerais, como produção, consumo, acumulação, escassez, que requerem algo mais que tradução entre conceitos e tornam muito difícil o

uso de certos termos extremamente específicos, provenientes do funcionamento intrínseco do capitalismo.

Em segundo lugar, e este é um argumento central do Che em todo o debate, perguntava-se como é possível que possa ocorrer um funcionamento pleno da lei do valor, lei específica do funcionamento de uma economia baseada na generalização das relações mercantis, quando estas fiquem reduzidas a um espaço muito restrito e quando, de fato, houve a nacionalização ou a socialização dos principais meios de produção e de troca, a monopolização do mercado exterior e, além disso, o mercado de trabalho, em seus vários sentidos, foi abolido. À pretensão de que nestas condições a lei do valor seja um regulador objetivo da economia e que também funcione por meio do planejamento, o Che respondia que “*nós não estamos tão seguros disso*”. (Seria preciso ler esta afirmação, em função de suas intervenções posteriores, como “estamos seguros de que isto não é assim”).

Em um texto posterior, sobre o SOF, a que fizemos referência oportunamente, vai diretamente ao fundamento teórico das argumentações *ortodoxas* da lei do valor. Referimo-nos ao conhecido *Manual de Economia Política* da Academia de Ciências da URSS do qual vai criticar dois elementos (GUEVARA, 1985, VIII):

1. A idéia de que o conhecimento da ação da lei do valor e sua utilização inteligente possam servir como instrumentos para orientar racionalmente a produção.

2. Que para criar as condições que tornem possível a extinção da produção e a circulação mercantil na fase superior do comunismo fosse necessário desenvolver e utilizar a lei do valor.

Quanto à primeira argumentação o Che repetia o que comentamos anteriormente: a pouca confiabilidade de um regulador que perdeu seus fundamentos, ou seja, um regulador cego

ou, pelo menos, torto. Na segunda tese (resistimos a chamá-la de argumentação devido ao evidente sentido ilógico de sua contraditória proposta, embora não possamos negar que esconde um problema real que abordaremos mais adiante) o Che perdeu definitivamente a paciência. Disse:

“Por que desenvolver? Entendemos que durante certo tempo se mantenham as categorias do capitalismo e que este termo não pode ser determinado de antemão, mas as características do período de transição são as de uma sociedade que liquida suas velhas ataduras para ingressar rapidamente na nova etapa. A tendência* deve ser, em nossa concepção, liquidar tanto mais vigorosamente quanto possível as categorias antigas entre as quais se incluem o mercado, o dinheiro e, portanto, a alavanca do interesse material ou, melhor dizendo, as condições que provocam sua existência.

A posição do Che aparece com clareza: por um lado, o caráter transitório das categorias monetário-mercantis típicas do capitalismo e, do outro, a necessidade de trabalhar conscientemente para superá-las. Expressões como *ingressar rapidamente, liquidar tanto mais vigorosamente quanto possível*, subjetivizam a posição político-cultural com o objetivo de mostrar que os acontecimentos não provêm de nenhum automatismo prévio, mas são sempre *atos de consciência*. Como explicava o Che de novo e repetiria durante todo o debate:

“Consideramos a lei do valor como parcialmente existente, devido aos restos da sociedade mercantil que subsistem, e que se refletem também no tipo de mudança que se efetua entre o Estado provedor e o consumidor; cremos que, particularmente em uma sociedade com um comércio exterior muito desenvolvido,

* sublinhado do Che

como a nossa, a lei do valor em escala internacional deve ser reconhecida como um fato que rege as transações comerciais, ainda dentro do campo socialista” (GUEVARA, 1985, VIII. 24).

Desta análise o Che tirou conclusões que definem uma posição teórica e política muito explicativa de sua concepção do socialismo e do comunismo:

“Negamos a possibilidade do uso consciente da lei do valor, baseados na inexistência de um mercado livre que expresse automaticamente a contradição entre produtores e consumidores; negamos a existência da categoria mercadoria na relação entre empresas estatais e consideramos todos os estabelecimentos como parte da única grande empresa que é o Estado (embora, na prática, não suceda ainda assim em nosso país). A lei do valor e o planejamento são dois termos ligados por uma contradição e sua solução; podemos, pois, dizer que o planejamento centralizado é o modo de ser da sociedade socialista, a categoria que a define e o ponto em que a consciência do homem começa, por fim, a sintetizar e a dirigir a economia para sua meta, a plena libertação do ser humano no marco da sociedade comunista” (GUEVARA. 1985, VIII. 24).

Lamentavelmente, o debate com Bettelheim foi menos substancioso, fundamentalmente devido ao estilo intelectual que o marxista francês lhe impôs. Este tom, tão típico da época, de predomínio de um althusserianismo *avant la lettre* e que consistia em situar-se em um plano teórico para descer, bruscamente e sem mediações, ao plano mais concreto, fez com que na discussão se mesclassem planos diversos, o que a tornou pouco esclarecedora e terminou por confundir os participantes.

A tese central de Bettelheim era que os processos de planejamento das forças produtivas e de propriedade dos meios de produção e de troca deveriam caminhar no mesmo ritmo, isto é,

teria que haver uma certa relação entre forças produtivas e relações sociais de produção, mas vista desta perspectiva que acabamos de explicar. O conceito chave que usava Bettelheim era o da apropriação efetiva dos meios de produção.

Bettelheim diferenciava o que é a propriedade do ponto de vista jurídico da apropriação efetiva, entendendo esta como a capacidade de dispor dos meios de produção e dos produtos. Distinção a considerar, no plano teórico e prático, porque nos ajuda a entender conceitos que, por exemplo, o Che mal considerava, como a diferenciação entre estatização, socialização ou comunização da propriedade. A partir desta concepção, Bettelheim dizia que nas sociedades em transição para o socialismo continuam existindo leis econômicas e que os âmbitos econômicos de decisão e de organização têm que ser adequados ao processo concreto de desenvolvimento das forças produtivas. Se não fosse assim produzir-se-iam ineficiências econômicas relevantes e se geraria um burocratismo do sistema que poderia bloquear seu desenvolvimento ulterior. A lei do valor como realidade objetiva seria o reflexo do nível de desenvolvimento das forças produtivas e instrumento, não o único nem o fundamental, de regulação da economia. As teses fundamentais coincidem com as de Mora, sobretudo em um aspecto que era o que realmente se estava debatendo em Cuba: as relações entre o Cálculo Econômico e o Sistema Orçamentário de Financiamento.

Bettelheim, dando um salto brusco para o concreto, tomou partido e afirmou que os conglomerados que o Ministério da Indústria estava organizando eram uma estrutura inadequada de organização social da produção, porque situavam os âmbitos de organização e de decisão em um lugar que não lhes correspondia: a socialização das forças produtivas. Sintetizando a posição de Bettelheim: sua integração e sua interdependência

não tinham se desenvolvido ao ponto necessário para que fossem coordenados por uma única empresa do estado. Bettelheim não dizia que não era possível configurar-se no futuro uma realidade em que o processo histórico de construção do socialismo pudesse possibilitar que fossem postos à disposição da sociedade meios e produtos sem intermediação de categorias mercantis e sem a lógica da lei do valor; o que dizia era que isto não era possível no nível de desenvolvimento das forças produtivas naquele momento.

Aqui vale a pena, ainda que este trabalho não seja o lugar adequado para expô-las em profundidade, ter em conta as opiniões de Ernest Mandel que, de um modo ou outro, trazem matizes sobre conceitos pertinentes quando se trata de entender também a posição do Che. Mandel fez uma defesa muito criativa das posições que o Che vinha defendendo no debate. Vamos referir-nos a alguns aspectos. O primeiro refere-se à diferença fundamental entre propriedade jurídica e propriedade efetiva, relacionada com o grau de socialização das forças produtivas por um lado e, de outro, com o funcionamento da lei do valor na transição socialista.

Enquanto à primeira questão, Mandel negava o esquema intelectual de partida adotado por Bettelheim. Não negava que existam leis econômicas na transição para o socialismo e afirmava que pode ocorrer, efetivamente, uma assimetria entre propriedade jurídica e apropriação efetiva, mas considera que essa tensão é a que distingue um processo de transição e que o desencadeamento de um processo de planejamento era precisamente o que iria resolver essa transição. A propriedade jurídica é requisito prévio para a posse efetiva e, aliás, a própria socialização das forças produtivas que o desenvolvimento socialista gera vai tornando-a mais real. Mandel acabou também

por negar o fundamento último das assertivas de Bettelheim: o controle integral do processo produtivo, a disposição integral de todos os meios de produção, não seria possível tampouco quando o processo de socialização estivesse mais avançado, porque tem um resultado contraditório, a saber: “a integração de uma parte e a diversificação da outra” (MANDEL. 1968. 179). A pretensão de que a complexidade crescente da economia facilita os mecanismos de controle a partir de um centro único do processo econômico, foi rechaçada por Mandel:

“Em todo caso, a experiência soviética o demonstrou. É precisamente o desenvolvimento colossal das forças produtivas que faria com que um planejamento central rígido fosse hoje muito menos operante, muito menos eficaz e muito mais prejudicial a um desenvolvimento ótimo das forças produtivas que na época dos primeiros planos quinquenais: sendo esta a razão das transformações operadas na indústria soviética dos anos 50” (MANDEL. 1968. 179).

Há que destacar que esta questão foi, é e será, extremamente importante para os projetos socialistas existentes e por existir.

A outra questão se refere aos problemas derivados da lei do valor e sua relação com o planejamento socialista para a qual Mandel trouxe muito esclarecimento. De um lado, assinalava o tipo de relações mercantis existentes no socialismo relacionadas com a pequena produção de mercadoria; os meios de produção vendidos pelo Estado ao setor privado ou cooperativo; os bens de consumo vendidos pelo setor socialista aos consumidores privados etc. De outro, explicava porque os meios de produção que permanecem no interior do setor socialista não podem ser considerados mercadorias. O que é decisivo para Mandel é que o racionamento deve distinguir bens de consumo e bens de produção; estes não funcionam como uma mercado-

ria, já que, em tese, não se produzem meios de produção invendáveis e nem, portanto, superprodução dos mesmos já que podem ser entregues diretamente à sociedade sem que exista um ato de intercâmbio.

O Che contra-argumentou em vários planos, deixando claro:

a) Que a contradição entre forças produtivas e relações de produção tem que ser vista em nível mundial, no enfrentamento universal entre o socialismo e o capitalismo.

b) Que o insuficiente desenvolvimento das forças produtivas, nas condições específicas de um país como Cuba, pode ser compensado pela solidariedade socialista e pelo desenvolvimento da consciência em torno de uma vanguarda que seja capaz de levar avante um desenvolvimento alternativo.

c) O fator subjetivo, a consciência, não pode ser menos-prezado:

“O companheiro Bettelheim nega esta ação particular da consciência, baseando-se nos argumentos de Marx de que esta é um produto do meio social e não ao contrário; e nós tomamos a análise marxista para lutar com ele contra Bettelheim, ao dizer-lhe que isso é absolutamente certo mas que, na época atual do imperialismo, também a consciência adquire características mundiais. E que esta consciência de hoje é o produto do desenvolvimento de todas as forças produtivas do mundo e fruto dos ensinamentos e da educação da União Soviética e dos demais países socialistas para as massas de todo o mundo” (GUEVARA.1985.VIII.100).

Posteriormente o Che repetiu os argumentos já conhecidos sobre o papel da lei do valor no socialismo e, concretamente, voltou a defender, com razões conhecidas, a superioridade em Cuba do SOF sobre o CE, este último, de alguma maneira, defendido por Bettelheim.

No conjunto da polêmica, que sem dúvida significou um avanço importante na teoria socialista da época e que cada um dos participantes desenvolveu com bastante criatividade, foram explicitadas questões que de alguma maneira a obra teórica e prática do Che deixara em aberto.

Se bem o Che apostasse num conceito participativo de planejamento socialista, os mecanismos reais da implicação subjetiva dos trabalhadores no processo ficaram só nos indícios; tampouco resolveu o problema da participação destes nas instâncias concretas de decisão política que existe por trás de todo plano econômico, o que Lange chama de prioridades hierárquicas.

1. No debate ficou claro que entre planejamento e mercado existe uma contradição; ora, que exista uma contradição não quer dizer que esta seja solúvel nem que possa significar a liquidação do mercado. Seria necessário falar melhor de sua superação no sentido que esta tem na tradição hegeliano-marxista, ou seja, assumir que sua solução é um processo histórico longo, no qual as formas mercantis, limitadas e reguladas, podem permanecer incluídas no conceito de controle social da produção e do conjunto da economia.

2. O desenvolvimento das forças produtivas, e considerando que seu elemento central é constituído por seres humanos concretos, exigirá sempre uma correspondência com as relações de produção; a tensão entre os dois pólos, a existência de contradições e seus mecanismos de solução, é parte intrínseca da construção do socialismo. Que a sociedade disponha plenamente destas forças produtivas é um processo historicamente determinado que requer graus de maturação na socialização das forças produtivas e o controle social sobre elas. Neste sentido, não ajuda o debate do Che confundir nacionaliza-

ção com socialização porque, na diferença entre uma e outra mede-se não só o que Bettelheim definia como desenvolvimento das forças produtivas, mas a identificação do trabalhador com o processo sócio-econômico, expresso no plano mediante sua identificação com a propriedade social, sua participação no processo produtivo e seu controle sobre a tomada de decisões.

3. Ficou em aberto, também, como assinalou Mandel, que a complexidade que acompanha o desenvolvimento das forças produtivas torna mais difícil e não mais fácil o processo de planejamento econômico. Integra e desintegra processos produtivos, multiplica os atores econômicos e gera dificuldades muito sérias para uma organização e gestão da economia que pretenda realizar-se a partir de um centro único. O problema continuou sendo saber porque se desenvolvem mecanismos de mercado à medida que o processo produtivo se torna mais complexo, a ponto de, como assinalaram Lange e Brus, em condições de socialismo desenvolvido, o planejamento exigir complementação com mecanismos de mercado. Não que sejam inconvenientes ou não, é que não existe planejamento sem eles. Mais claramente, e esta é uma tese empírica para estes autores, sem mecanismos de mercado o planejamento, em um nível complexo de desenvolvimento das forças produtivas, seria impossível.

O modelo soviético: Elementos para uma crítica

O Che nunca formulou uma crítica acabada ao modelo do socialismo real em geral e ao soviético em particular, embora tenha ido elaborando, de forma fragmentária e no calor de sua experiência sobre a construção socialista, uma série de elementos, dispersos em um primeiro momento, e que depois articulou até chegar a um posicionamento crítico global sobre a crise do socialismo real e seus resultados previsíveis. É preciso considerar que o que qualifica estes elementos críticos que o Che foi alinhavando progressivamente, não é apenas o temário que explicita, mas o fato de que essa posição é defendida por um dirigente de um processo revolucionário em curso, como era o caso cubano. Nas reuniões bimestrais com o Conselho de Direção do Ministério da Indústria estas questões foram abordadas com franqueza e com uma linguagem direta. Por exemplo, quando abordava as recorrentes crises agrárias soviéticas, dizia que, além das desculpas ou justificativas a

posteriori, “algo anda mal no sistema” (GUEVARA. 1966. VI. 390). Igualmente em relação às questões referentes ao planejamento e à relação entre empresas e Estado na URSS:

“O problema é que o sistema vai separando um pouco as pessoas das que devem ser direção, e o fato de ter que lutar todos os dias sobre as coisas concretas, estas coisas, – numa palavra de como enganar o Estado – atentam contra o desenvolvimento da consciência. Eu almejo a que com 45 anos de socialismo em Cuba, já em pleno comunismo, que eu aspiro para essa época, que não se fuzile ninguém por roubar, e na União Soviética ainda acontece isso (...) Por que o imperialismo tem crises de super-produção e o socialismo tem problemas, desde a União Soviética até aqui? Alguma coisa acontece e é preciso fazer pensar nisso também. Temo que haja algo nos sistemas estabelecidos” (GUEVARA. 1966. 391).

Por *mor* da exposição vamos tentar tratar de forma sintética alguns dos mais importantes temas considerados pelo Che em seu pensamento crítico:

PRIMEIRO. A dogmatização do marxismo

O Che, que teve sempre uma concepção aberta do marxismo, repudiou desde o primeiro momento as tentativas de fossilizar a teoria e substituí-la por um marxismo de manual que impedisse o debate crítico sobre a própria tradição, a análise da experiência histórica reunida e a análise das novas tendências de um capitalismo que, para ele, estava imerso em um processo de revolução científica e tecnológica de longo alcance. Se esta era uma posição de caráter geral no que se refere à economia política do socialismo, a crítica chegou a ser muito mais severa, a ponto de acusar o pensamento oficial de ter caído na apologética do sistema. O Che compreendeu que a elaboração

de uma teoria científica do socialismo estava apenas no começo; sabia que as elaborações de Marx e de Engels eram meros indícios e que as concepções do Lenin da NEP lhe pareciam claramente insuficientes, quando não portadoras de erros significativos (GUEVARA, 1970).

Em suas discussões sobre a economia política do socialismo, seu principal adversário não era outro senão o manual da Academia de Ciências da URSS e sua pretensão de converter-se em uma “Bíblia” que, como razão última, explicasse todos e cada um dos fundamentos da teoria científica marxista. Em um texto inédito até agora explicou muito bem como entendia o pensamento socialista. Dizia:

“Consideramos nosso método de pensar absolutamente marxista, rigorosamente marxista; mas tem uma qualidade especial e é que nós chegamos a este sistema marxista pelo método de pensar e agir nós mesmos, frente a uma série de realidades que a vida cubana impunha. Depois disso pudemos elaborar uma teoria de ação que foi posterior à própria ação e que naturalmente, como sucede sempre, explicou-a, completou-a e também orientou os passos a seguir no futuro” (GUEVARA, 2000b).

SEGUNDO. Interpretações da história da URSS

Um dos mistérios da obra do Che é sua crítica, extremamente dura, ao período histórico da NEP e à estratégia que o fundamentou. Sua operação intelectual consistia em reforçar a importância do comunismo de guerra e menosprezar o período posterior à NEP, que historicamente conhecemos como stalinismo. Pode-se inferir que a crítica do Che à NEP foi feita porque esta implementou a autogestão financeira, reforçou o sistema de estímulos materiais e, sobretudo, reinstaurou o mercado, ainda que este fosse drasticamente regulado.

Surpreende a valorização positiva que faz do comunismo de guerra, porque sua substância estava na guerra e não no comunismo, isto é, em uma economia militarizada, em condições de guerra civil, de invasão estrangeira e de crise generalizada que, como estratégia, nada tinha a ver com a que os bolcheviques tinham proposto quando tomaram o poder político. O outro aspecto da questão é o limitado papel que atribuía ao stalinismo no modelo soviético, como se fosse mais destacada a experiência da NEP do que a industrialização forçada, a coletivização obrigada e a ultracentralização de recursos e decisões que configuraram a realidade soviética do stalinismo e que basicamente sobreviveu até a etapa da perestroika. A importância do problema é tal que o Che chegou a afirmar, no prólogo de um livro sobre economia política que começara a elaborar às vésperas de sua morte (GUEVARA, 1999):

“Nossa tese é que as transformações produzidas em função da NEP calaram tão fundo na vida da URSS que marcaram com seu signo toda esta etapa. E seus resultados são desalentadores: a superestrutura capitalista foi influenciando cada vez e de forma mais marcada as relações de produção e os conflitos provocados pelo hibridismo que a NEP significou estão se resolvendo hoje a favor da superestrutura; estão regressando ao capitalismo” (TABLADA 1997b, 135).

Em suas notas sobre o Manual de Economia Política da Academia de Ciências da URSS sua posição foi ainda mais explícita. Para o Che, a NEP:

“... constitui um dos maiores passos atrás dados pela URSS. Lenin a comparou à Paz de Brest-Litovsk. A decisão era sumamente difícil e, a julgar pelas dúvidas que se manifestavam no espírito de Lenin, no final de sua vida; se tivesse vivido uns anos mais, teria corrigido seus efeitos mais retrógrados. Seus

continuadores não viram o perigo e assim ficou constituído o grande cavalo de Tróia do socialismo: o interesse material direto como alavanca econômica. A NEP não se instala contra a pequena produção mercantil, mas com uma exigência sua” (TABLADA. 1997b. 137).

TERCEIRO. O modelo econômico soviético dos anos 60

As principais críticas ao modelo soviético, que em parte já analisamos, podem ser assim resumidas:

a) A desarticulação do mercado mundial, grave para a URSS, mas gravíssima para o conjunto de países do socialismo real, dependentes do mercado internacional. Obviamente, para o Che, o COMECON não era uma alternativa suficiente ao mercado mundial.

b) A lei do valor como mecanismo fundamental de regulação da economia.

c) O processo de planejamento crescentemente dominado pelas categorias mercantis financeiras.

Neste capítulo surpreende que uma concepção da transição tão marcada pelo subjetivo, isto é, pela política, acabe por conceder ao econômico uma preeminência tão grande; parece que o econômico se resolve e se explica por si mesmo, sem considerar que a política, entendida como presença de atores, como opções e como participação ativa, desaparece.

QUARTO. A gestão econômica

É possível distinguir três etapas no Che com relação à gestão econômica:

a) a complementaridade entre CE e SOF;

b) a superioridade relativa do SOF como via mais rápida para a construção socialista;

c) a autogestão como sistema que compromete o rumo socialista da revolução, por sua tendência a favorecer as relações mercantis e os estímulos materiais.

O Che acabou por desenvolver a idéia de que a filosofia de fundo dos defensores do Cálculo Econômico conduzia de uma ou outra forma ao capitalismo. Dizia assim:

“O Cálculo Econômico, do ponto de vista filosófico, deve chegar a um beco sem saída, conduzindo pela lógica dos fatos a tentar resolvê-lo pelo mesmo sistema, a aumentar o estímulo material, a dedicação das pessoas especificamente a seu interesse material e por aí ao livre arbítrio da Lei do Valor e ao ressurgimento, de certa maneira de categorias estritamente capitalistas” (GUEVARA, 1966, 505).

Mais adiante, acabou expressando a plenitude de seu pensamento:

“Considero simplesmente que é o desenvolvimento lógico de uma linha de pensamento que parte do princípio, isto é, o estímulo material, a forma como foi concebido no socialismo é, já o dissemos algumas vezes, como se comparássemos o estímulo de uma loteria, (...) ou seja, adotamos como armas para lutar contra o capitalismo as armas do capitalismo, em um campo onde necessariamente tem que ser derrotado” (GUEVARA, 1966, 505).

QUINTO. O burocratismo

No Che, obviamente, não existe uma teoria geral da administração no socialismo; tendia a pensar que o burocratismo era uma deformação, em parte passageira, em parte conjuntural, fruto do que ele chamava de falta de “motor interno”, ou seja, falta de compromisso político, de organização, de preparação e qualificação técnica. Ora, no modelo soviético, adverte ele, fren-

te a Cuba, o burocratismo já era algo estrutural, permanente no sistema; articulado em torno de uma falta de exemplaridade social; e o situava entre outras graves manifestações:

a) Perda da exemplaridade dos quadros e erosão da moral socialista;

b) perda da condição de vanguarda do partido, tanto devido à perda de exemplaridade dos militantes, como por seu distanciamento da base social. A este respeito o Che insistia em que fora perdida a necessária separação entre o partido e a administração do Estado, afirmando:

“Na União Soviética estabeleceu-se no princípio uma trilogia. A santíssima trindade do secretário do partido, o chefe do sindicato e o administrador. Essa trilogia fracassou totalmente; foi preciso recorrer à responsabilidade única” (GUEVARA, 1966.178).

O Che considerava que o partido devia ter uma dupla função no processo produtivo: motor interno mobilizador de massas e, por outro lado, instrumento de controle. O que repudiava era a idéia de que os que controlassem, executassem, isto é, opunha-se a qualquer solapamento entre o aparato do partido e a administração (GUEVARA. 1966, 448-449).

Num contexto mais geral, o Che via como conseqüência do burocratismo o desvio do partido de suas funções básicas, a saber: a direção política da sociedade; a educação político-ideológica dos quadros e das massas e o compromisso e disposição ao sacrifício.

Chamamos a atenção reiteradamente para o fato de que o Che tinha uma concepção participativa do planejamento e da gestão empresarial. Os Conselhos Técnicos Assessores em uma primeira etapa e as assembléias de fábrica depois eram para o Che mecanismos imprescindíveis para envolver os

trabalhadores na direção do processo produtivo. Neste sentido, foi um crítico muito sério do sindicato, na Cuba da época, na medida em que o via como uma expressão do burocratismo, que nem mobiliza os trabalhadores nem é capaz de defendê-los frente à empresa.

Resumindo, a percepção do Che era que a crise do modelo soviético parecia irreversível e que teriam que ser feitas mudanças de grande magnitude. Em suas *Notas sobre o Manual de Economia da Academia de Ciências da URSS*, podemos ler:

“Muitos sobressaltos esperam a Humanidade antes de sua libertação definitiva, mas – estamos absolutamente convencidos disso – esta não poderá chegar senão por meio de uma mudança radical de estratégia das principais potências socialistas. Se esta mudança será fruto da inevitável pressão imperialista ou de uma evolução das massas desses países, ou ainda de uma conjunção de fatores é algo que a história dirá; trazemos nosso modesto grãozinho de areia, temerosos que a tarefa seja muito superior a nossas forças. Em todo caso, fica o testemunho de nossa tentativa: *A força de nosso coração há de ser provada aceitando o repto da Esfinge e não esquivando sua interrogação formidável*” (TABLADA, 1997b. 136).

A Transição Socialista: Transformar a Sociedade, Emancipar as Pessoas.

O Che estava convencido que a Revolução Cubana trouxera algumas novidades para a história do socialismo, das quais uma era substancial: o papel central da pessoa na construção da nova sociedade. E o afirmava com muita clareza:

“E nós, preocupados, já não apenas com o socialismo, estabelecemos, além disso, creio que pela primeira vez no mundo, já podemos dizê-lo sem que pareça petulância, um sistema marxista, socialista, congruente ou aproximadamente congruente, no qual o homem está no centro; trata-se do indivíduo, trata-se do homem e da importância que tem como fator essencial na Revolução” (GUEVARA, 1966. VII. 562).

Pode-se dizer que no Che existe uma visão antropológica, que o leva a analisar o homem no capitalismo e, ao mesmo tempo, um modelo de socialismo que gere um novo tipo de ser humano em ruptura com a etapa anterior.

Enfrenta, no entanto, uma dificuldade, consubstanciada na

inexistência de uma teoria capaz de relacionar indivíduo-massa e vanguarda. Não é de estranhar que encontrasse explicações e elementos estratégicos nos manuscritos econômico-filosóficos do Marx de 1848; redescobriu a importância do conceito de alienação para explicar esses problemas impostos pela realidade, para os quais não possuía uma teoria suficiente. O que lhe interessava era o Marx jovem, que falava do comunismo mais como um processo subjetivo conscientemente organizado, do que como um processo objetivo em que decisiva é a explicação das contradições básicas do próprio sistema. Marx, dizia o Che:

“Fala mais do comunismo como um fenômeno consciente, e como a necessidade de que fosse consciente para que pudesse acontecer, e como o episódio final da eliminação do que chama ‘a hegemonia do homem’, isto é, a entrega do homem vendido em forma de força de trabalho, vendido aos exploradores” (GUEVARA, 1966, 422).

Como se vê, há no Che uma tentativa de coerência entre os distintos elementos que configuram seu pensamento sobre a transição ao comunismo.

Primeiro, a idéia da transição como processo consciente e onde o resultado final não está garantido por nenhuma condição a priori.

Segundo, a importância dos estímulos sociais como fundamento de uma idealidade que é preciso reivindicar em todo o processo de transição.

Terceiro, o Sistema Orçamentário de Financiamento e o planejamento centralizado como meios adequados à finalidade comunista.

Quarto, uma construção socialista entendida como uma transformação substancial no modo de produzir, consumir e viver. Ele o disse explicitamente:

“Em nossa posição, o comunismo é um fenômeno de consciência e não apenas um fenômeno de produção; não se pode chegar ao comunismo pela simples acumulação mecânica de quantidades de produtos postos à disposição do povo. Nesse caso se chegará a alguma coisa, naturalmente, a alguma forma especial de socialismo. Isso que está definido por Marx como comunismo e aquilo a que se aspira em geral como comunismo, a isso não se pode chegar se o homem não estiver consciente” (GUEVARA, 1966, 423).

Quinto, uma dialética explícita entre controle social e auto-educação do indivíduo, em um processo histórico de participação cada vez mais consciente dos trabalhadores e do povo na construção da nova sociedade.

Uma e outra vez o Che repetiu as mesmas idéias e uma e outra vez encontrou muitas dificuldades para desenvolvê-las analítica e programaticamente, convertendo-as em orientação política.

Outro conceito utilizado por ele era o de “humanismo socialista”; e o fazia com certa cautela para não ser confundido com um socialismo “vago ou brando”, ele, que defendia um comunismo exigente. O problema é de caráter prático, mas o Che entendia que era decisivo: a subjetividade e – se me permitem – a transcendência que toda luta revolucionária comporta. Sabia que na luta, dura e difícil, que devem protagonizar os países subdesenvolvidos para livrar-se do imperialismo, os valores, as mediações culturais e a moral têm um papel decisivo; ora, no marxismo da época, ele não encontrava muitos referenciais. A alienação era para ele libertar-se da escravidão que a produção mercantil capitalista impõe aos seres humanos:

“O homem está dirigido por uma ordem fria que, habitualmente, escapa ao domínio de sua compreensão. O exemplar

humano, alienado, possui um invisível cordão umbilical que o liga à sociedade em seu conjunto: a lei do valor. Ela atua em todos os aspectos de sua vida, vai modelando seu caminho e seu destino” (GUEVARA, 1985, VIII. 257).

Neste sentido, o socialismo é uma luta individual e coletiva contra a alienação, na medida em que, conforme avança o processo, os mecanismos não intencionais que guiam o indivíduo no capitalismo, vão perdendo peso progressivamente e o consciente, expresso no planejamento econômico e social, estará em condições de controlar e dar sentido à vida concreta dos seres humanos. Como dizia o Che:

“Isto se traduzirá concretamente na reapropiação de sua natureza por meio do trabalho libertado e da expressão de sua própria condição humana por meio da cultura e da arte” (GUEVARA. 1985. VIII. 263).

Estas simples indicações explicam a meta política, os fundamentos filosóficos e antropológicos que há por trás de algumas opções econômicas ou sociais que o Che sustentava com muita firmeza, até chegar à velha questão da liberdade e da necessidade. Para ele, trabalho social, obrigatório ou voluntário, junto com o uso de tecnologias adequadas, iria criando as condições para um novo tipo de relações de trabalho e possibilitaria que o tempo livre fosse usado cada vez mais de forma criativa; a arte e a cultura seriam então elementos indispensáveis para a reprodução da vida. O essencial é que:

“Para construir o comunismo, simultaneamente com a base material, é preciso fazer o homem novo” (GUEVARA. 1985 VIII. 529).

O indivíduo na transição, como ele a via, era um produto inacabado, um ser contraditório, entre as novas experiências sociais e os velhos resíduos do capitalismo. Portanto, este ser

contraditório precisava ser ganho plenamente para o socialismo, num duplo processo: social e pessoal. Social porque, a partir do poder político, a partir de novas práticas sociais, influir-se-ia diretamente os indivíduos e, por meio deles, a sociedade. Igualmente, a revolução favoreceria processos sociais e culturais que promoveriam a auto-educação da própria pessoa que vive contraditoriamente a transição. Dizia o Che:

“A nova sociedade em formação tem que competir muito duramente com o passado. Isto se faz sentir não apenas na consciência individual em que pesam os resíduos de uma educação sistematicamente orientada para o isolamento do indivíduo, mas também pelo próprio caráter deste período de transição em que persistem as relações mercantis” (GUEVARA. 1985, VIII. 258).

De tudo o que foi dito, pode-se tentar resumir algumas idéias sobre o que poderíamos chamar o ponto de vista antropológico do Che:

1) A idéia de que o homem, o ser humano concreto, é inconcebível à margem da comunidade.

2) No entanto, o indivíduo é, antropológicamente, irreduzível à comunidade, é um indivíduo em sociedade.

3) O homem é um “homo faber”, que trabalha, que se libera trabalhando e, fazendo-o, encontra sentido em sua vida. O “homem novo”, neste sentido, é um ser humano pleno, que estabelece novas relações com seu trabalho, com sua comunidade, com a cultura e com a arte.

Para o Che, o indivíduo se distingue e se relaciona com as massas e a vanguarda. Estes três termos da relação constituem os sujeitos básicos de que depende o socialismo. As massas são o elemento mais interessante do processo revolucionário cubano. O aparecimento, de maneira consciente e organizada, das massas como sujeito revolucionário, era para o Che um fato político de

primeira grandeza; considerava-as não um grupo amorfo “de borregos” (sic), mas sujeito social com interesses compartilhados, que se relacionam diretamente com o dirigente da Revolução ou com sua vanguarda. Esta última era para ele o outro elemento imprescindível do processo. Sua visão da vanguarda era relacional, isto é, esta e as massas atuam em processos históricos dinâmicos, influenciando uma sobre a outra e estabelecendo determinadas relações, baseadas no compromisso político e na consciência socialista. A vanguarda não foi nunca para o Che, algo autoproclamado, mas uma constatação de fato, dinâmica e sempre em perigo de perder seus fundamentos que não são outros senão ligar-se ativamente à “retaguarda” que estimula constantemente para que supere sua condição.

Dito tudo isso, é obrigatório referir-se ao papel do Partido, já que este e vanguarda não têm sempre conteúdos simétricos. A institucionalização da vanguarda, que a direção política pretendia, supunha o perigo de perda deste caráter dinâmico e relacional com as massas e que estas relações fossem substituídas por outras, baseadas na desigualdade de poderes e na subalternidade. Daí que, para lograr que as condições de vanguarda não se percam ou diminuam, sejam necessárias práticas que as reforcem e desenvolvam. O que se impôs afinal, foi o que hoje conhecemos como “linha de massas” da Revolução; isto é, o processo por meio do qual as massas reconheciam o papel de vanguarda dos militantes que iam ingressar no partido, ao que havia que acrescentar uma biografia política completa e passível de comprovação, da qual os elementos de exemplaridade, compromisso e conduta eram analisados coletiva e individualmente.

O Che não ignorava que por trás daquela etapa eufórica e cheia de heroísmo, em que homens e mulheres se sentiam parti-

cipantes diretos e sujeitos ativos de uma história de libertação política, social e cultural, permanecia aberto o processo de institucionalização política e jurídica que toda mudança social real comporta e que, mais cedo do que tarde, aparece quando as práticas sociais e as estruturas de poder entram na rotina. O Che sabia que a ditadura do proletariado teria que ter instituições que organizassem a vida política e as novas relações sociais. A preocupação da direção revolucionária cubana era a de construir um novo poder claramente diferenciado da democracia burguesa tradicional, que impedisse, na medida do possível, que

“...qualquer aspecto formal nos separe das massas e dos indivíduos, nos faça perder de vista a última e mais importante ambição revolucionária, que é ver o homem liberto de sua alienação” (GUEVARA, 1985, VIII. 262).

A institucionalização da Revolução no sentido antes indicado, deveria encontrar os mecanismos para reproduzir de forma dinâmica as relações entre vanguarda, massa e indivíduo, impedindo a burocratização e motivando conscientemente a participação das trabalhadoras e trabalhadores cubanos. O Che entendia assim a institucionalização:

“Como conjunto harmônico de canais, escalões, contenções, aparatos bem azeitados que permitam essa marcha, que permitam a seleção natural dos destinados a caminhar na vanguarda, e que outorguem o prêmio e o castigo aos que cumpram ou atentem contra a sociedade em construção” (GUEVARA, 1985, VIII. 262).

Deste ponto de vista – é preciso insistir nisto – para o Che a ditadura do proletariado se exercia:

“Não só sobre a classe derrotada, mas também individualmente sobre a classe vencedora” (GUEVARA, 1985, VIII. 262).

CONCLUSÕES

A primeira constatação que devo fazer é que as expectativas, esperanças e lutas do mundo que o Che conheceu mudaram num sentido oposto a sua concepção e pensamento. Ele permanece no imaginário coletivo como um personagem relevante de sua época, mas com significados muito distintos dos que, sem dúvida, teria desejado (uma referência na luta pelo comunismo). Permanece como exemplo, como atitude diante da vida, como a insubornável luta do ser humano contra a injustiça e a exploração. Permanece – em menor grau – como um revolucionário cabal que soube ser coerente até o fim com suas idéias e princípios; e permanece também, como expressão contraditória dos dilemas, desafios e aspirações de uma tradição política que tentou, não só conhecer o mundo, como, também, transformá-lo.

O Che demonstrou possuir uma boa percepção ao entender que a Revolução Cubana abria uma nova etapa e que as possibi-

lidades de mudanças e de transformações sociais profundas pareciam possíveis. Concretamente, situou o problema da América Latina junto com o da África, entendendo que estes eram os espaços mais sensíveis para um enfrentamento entre classes e, em parte, sua visão se confirmou nos fatos.

Conceber a etapa marcada pela “atualidade da Revolução” supôs, desde o princípio, os mesmos problemas que tiveram que superar os revolucionários europeus nos anos vinte. Definir uma etapa como revolucionária implicava conhecer, muito concretamente, as correlações de forças, as especificidades nacionais e o grau, mais ou menos desenvolvido, do potencial hegemônico das classes no poder. O Che situou bem a etapa, mas não foi totalmente conseqüente com suas próprias análises, por exemplo, a “guerra de guerrilhas”. Foram defendidas e aplicadas teses que entravam em choque com suas posições.

O Che não subestimou – antes pelo contrário – a capacidade de resposta dos Estados Unidos e sempre esteve convencido que, se não ocorressem mudanças fundamentais, a crise do socialismo real podia coincidir com a recuperação norte-americana. No entanto, sem dúvida subestimou a importância que teria nessa etapa a crise chino-soviética: a necessária coordenação “tricontinental” das forças revolucionárias foi impedida, entre outras causas, por esta crise (especialmente dura na América Latina); tampouco parecia que a URSS estivesse muito interessada em articular-se ativamente com movimentos dos quais desconfiava e que punham em perigo “sua” concepção de coexistência pacífica com os países imperialistas. Estes elementos fundamentavam “a pressa” do Che, sua luta contra o tempo biológico e histórico.

O revolucionário argentino-cubano foi um dos primeiros a compreender a crise que se abatia sobre os chamados países

socialistas, tentando explicar o porque. Ora, cremos que acertou nas previsões, mas não na análise. Pelo que conhecemos de seu pensamento, a análise que fez foi excessivamente ideológica e, paradoxalmente, economicista. Localizar os problemas da lei do valor, dos mecanismos de gestão econômica ou dos estímulos morais e materiais fornecia pistas significativas sobre elementos do sistema; mas não levou em consideração outras questões muito mais profundas para um marxista; estamos nos referindo à natureza de classe do poder, aos instrumentos políticos e institucionais em que este se perpetua, assim como às transformações operadas na cultura cotidiana dos homens e das mulheres que, teoricamente, protagonizavam a construção do socialismo.

A meu ver, uma razão determinante para as insuficiências de sua análise foi a incompreensão do que significou o stalinismo, entendido como sistema de articulação do poder político, econômico e cultural. O assunto ganhava especial relevância porque o XX Congresso do PCUS (1956) era ainda recente e suas conseqüências foram extremamente importantes. Não se deve esquecer que o conflito chinso-soviético teve nele, em parte, seu fundamento.

A concepção de transição para o socialismo no Che, como processo histórico sem automatismos, conflituoso e reversível foi uma contribuição relevante ao debate do conjunto da esquerda revolucionária. As contradições que ele mostrou enfaticamente entre planejamento e mercado, em sociedades em transição, situavam dilemas reais que todo processo revolucionário, de uma ou outra forma, deve enfrentar em algum momento. Não obstante é preciso dizer que suas soluções práticas e suas argumentações teóricas encontraram dificuldades que não conseguiu superar. Um exemplo poderia ser a questão

dos mecanismos indiretos no planejamento econômico socialista. O Che argumentava que estes eram propiciados pela tentativa de usar conscientemente a lei do valor, não explicou, entretanto, porque, depois de uma etapa de enorme centralização em quase todos os países socialistas, foram reintroduzidas fórmulas mais ou menos desenvolvidas de economia mercantil. Tampouco analisou porque teóricos destacados da economia política do socialismo chegaram à conclusão que o planejamento exigia, para ser levado a cabo, mecanismos indiretos de mercado.

Outra questão refere-se à política. Todo processo de planejamento – o Che sabia disso – implica decisões políticas fundamentais e não meras decisões técnicas. Na economia socialista, a política é decisiva: não existem “problemas” intrinsecamente econômicos que possam ser resolvidos só no nível das relações sociais. O Che tendia a discutir os problemas do socialismo, suas dificuldades e dilemas, como se os outros elementos da realidade não existissem; referimo-nos à cultura, à política e à vida cotidiana de homens e mulheres concretos.

Esta última questão nos leva ao que nos parece a contradição mais significativa da obra teórica e prática do Che: a defesa de um modelo socialista baseado na participação e na centralidade da pessoa, e a proposta de fórmulas institucionais que perpetuassem a divisão entre vanguarda e massas. Quanto a isso não pode haver confusão; para o Che, a melhor fórmula foi a que vivenciou nos primeiros anos da Revolução: uma relação direta entre o líder, a vanguarda e as massas, realizada nas grandes concentrações públicas. Sabia, entretanto, que isso seria inviável a médio prazo e que seria preciso, portanto, institucionalizar a Revolução. Sua preocupação era que esta relação “bem azeitada” entre vanguarda e massas fosse perpetuada e aprofundada. O que desaparece, afinal de contas, é a problemá-

tica da democracia socialista, em uma fusão entre o Estado e a Comunidade que deveria ocorrer, supostamente, no comunismo, e não em uma sociedade em transição de três etapas.

Enfim, sua preocupação com o indivíduo, com o ser humano concreto que vive em comunidade, mas que é irredutível a ela, que desenvolve com muita criatividade, desaparece na hora de mostrá-lo como sujeito, portador de direitos e deveres, isto é, como um cidadão.

É também paradoxal que quem pensava no socialismo como processo histórico conflituoso e reversível, não estivesse prevenido que essas contraposições são essencialmente políticas (eleições conscientes) e que seria preciso encontrar algumas fórmulas para dirimi-las, quando não é possível um pacto com a vanguarda e a função mediadora do líder não ocorre.

Bibliografía

- AMIN, Samir (1973) *¿Cómo funciona el capitalismo?* Siglo XXI. Madrid.
- ANDERSON, John Lee (1997) *Che Guevara: una vida revolucionaria*. Emecé. Barcelona.
- ARIET, María del Carmen (1993) *Che: pensamiento político*. Editora Política. La Habana.
- BAHRO, Rudolf (1979) *La Alternativa*. Materiales. Barcelona.
- BLACBURN, Robin (ed) (1993) *Después de la caída*. Crítica. Barcelona.
- BETTELHEIM, Charles (1973a) *Cálculo económico y formas de propiedad*. Siglo XXI. Madrid. (1973b) *Imperialismo y comercio internacional. El intercambio desigual*. Siglo XXI. Madrid. (1974a) *La Transición a la Economía Socialista*. Fontanella S.A. Barcelona.
- (1974b) *Planificación y crecimiento acelerado*. F.C.E. México – DF
- (1976) *Las luchas de clases en la URSS. Primer período (1917-1923)*. Siglo XXI. Madrid.
- (1987) Lo específico del capitalismo soviético. *Selecciones Monthly Review*. Junio. Editorial Revolución. Madrid.

- (1988) La naturaleza del sistema soviético de nuevo a debate. *Selecciones Monthly Review*. Mayo. Editorial Revolución. Madrid.
- BRAUN, Oscar (1977) *Comercio internacional e imperialismo*. Siglo XXI. Madrid.
- BRUS, Wlodzimiera (1974) *Economía Política en el Socialismo*. regulação Aires.
- (1977) *El funcionamiento de la economía socialista*. Oikos-Tau. Barcelona.
- (1983) *Storia economica de ll'Europa orientale. 1950-1980*. Riuniti. Roma.
- BUJARIN y otros (1974) *El debate socialista sobre la ley del valor*. Comunicación. Madrid.
- CASTAÑEDA, Jorge G. (1997) *La Vida en Rojo. Una biografía del Che Guevara*. Alfaguara. Madrid.
- CARR, D.E.H. (1996) *La Revolución Rusa: de Lenin a Stalin. 1917-1929*. Altaya. Barcelona.
- CANFORA, Luciano (1995) *Pensare la Rivoluzione Russa*. Teti Editore. Milano.
- COPULL, ADYS Y GONZALEZ (1997) *A Brave Man*. José Martí. La Habana.
- CHAVANCE, Bernard (1987) *El sistema económico soviético*. Editorial Revolución. Madrid.
- ELLMAN, Michael (1983) *La Planificación Socialista*. F.C.E. México D.F.
- ERLICH, Alexander, (1969) *La polémica acerca de la industrialización en la URSS. 1924-1928*. Ciencias Sociales. La Habana.
- FIGUERAS, Miguel Alejandro (1994) *Aspectos estructurales de la economía cubana*. Ciencias Sociales. La Habana.
- FORCANO, Benjamín (1998) *El Che y la teología de la Liberación*. Nueva Utopía. Madrid.
- GUEVARA, Ernesto (1964a) *Conferencia en la Facultad de Economía de la Universidad de Oriente del 2 de diciembre de 1964*. Inédito
- (1964b) La lucha de liberación no sólo puede ser defensiva sino también ofensiva contra el imperialismo *Revolución Africaine*. Diciembre. Argel.

- (1966) *El Che en la Revolución Cubana*. MINAZ. La Habana.
- (1970) *Obras en dos tomos*. Casa de Las Américas. La Habana.
- (1985) *Ernesto Che Guevara. Escritos y Discursos*. Tomos I al VII. Ciencias Sociales. La Habana.
- (1998) *Prima di morire*. Feltrinelli. Milano.
- (1999) *Pasajes de la Guerra Revolucionaria: Congo*. Mondadori. Barcelona.
- (2000a) *Otra vez (inédito)*. Casa. La Habana.
- (2000b) Conferencia a los estudiantes de la Universidad de la Habana. Utopías-Nuestra Bandera. N° 184. V. II. PCE. Madrid.
- GILLY, Adolfo (1980) *Sacerdotes y Burócratas*. ERA. México D.F.
- HABEL, Janette (1994) *Rupturas en Cuba*. Universidad Veracruzana. Veracruz
- HEGEDUS, Andras (1979) *Socialismo y Burocracia*. Península. Barcelona.
- KORCH, Karl (1975) *Karl Marx*. Ariel. Barcelona.
- KORNAL, Janos (1992) *De Marx al libre mercado*. Vueltas. México D.F.
- KALFON, Pierre (1997) *Ernesto Che Guevara: una leyenda de nuestro siglo*. Plaza y Janés. Barcelona.
- LANGE, Oscar (1966) *La economía en las sociedades modernas*. Grijalbo. México D.F.
- LÖWY, Michael (1973) *El Pensamiento de Che Guevara*. Siglo XXI. México D.F.
- LAVIGNE, Marie (1997) *Del socialismo al mercado*. Encuentros. Madrid.
- LUKACS, Georg (1989) *El hombre y la democracia*. Contrapunto. Buenos Aires
- LENIN, Vladimir (1976a) *Discursos pronunciados en los Congresos del Partido. 1918-1922*. Progreso. Moscú.
- (1976b) *Discursos pronunciados en los Congresos de la Internacional Comunista*. Progreso. Moscú.
- MAIDANIK, Kiva (1998) La séptima vida del Che Guevara o un revolucionario para todos los tiempos. *Papeles de la FIM*. n° 10, 1° Semestre FIM. Madrid

- MANDEL, Ernest (1968) *La economía socialista: debate*. Novaterra. Barcelona.
- MARTÍNEZ HEREDIA, Fernando (1989) *Che, el socialismo y el comunismo*. Casa. La Habana.
(1997) Che Guevara. *América Libre*. Nº 11 -12. Monográfico. América Libre. Buenos Aires.
- MASSARI, Roberto (1993) *Che Guevara: grandeza y riesgo de la utopía*. Txalaparta. Pamplona.
- MESA-LAGO, Carmelo (1994) *Breve historia económica de la Cuba socialista*. Alianza América. Madrid.
- MONEREO, Manuel (1998) "Domar el destino: la transición socialista en el pensamiento y la acción del Che Guevara". *Papeles de la FIM* nº 10. Primer semestre. Madrid.
- MORA, Alberto (1963) En torno a la cuestión de la Ley del Valor en la economía cubana en los actuales momentos. *Nuestra Industria*. Nº 3 Octubre. La Habana.
- NOVE, Alec (1982) *El Sistema Económico Soviético*. Siglo XXI. México D.F.
(1987) *La economía del socialismo factible*. Siglo XXI. Madrid.
- PALAZUELO, Enrique (1990) *La formación del sistema económico de la Unión Soviética*. Akal. Madrid.
(1996) *La economía postcomunista de Europa del Este*. Abacus. Madrid.
- PEREZ-STABLE, Marifeli (1988) *La Revolución Cubana: orígenes, desarrollo y legado*. Colibrí. Madrid.
- RODRIGUEZ, Carlos y otros (1991) Che Guevara, Cuba y el camino del socialismo *Nueva Internacional*. Monográfico nº 2. Pathfinder. Nueva York
- POCH, Rafael (2000) *Tres preguntas sobre Rusia*. ICARIA. Barcelona.
- SACRISTAN, Manuel (1983) *Sobre Marx y el marxismo. Panfletos y materiales*. Icaria. Barcelona.
- SAMARY, Catherine (1989) Planificación, mercado y democracia. *Cuadernos de estudios e investigaciones*. CEI/CER. Amsterdam.

- SANCHEZ OTERO, German (1997) Los enigmas del Che. Ko'Eyu. Caracas.
- SERGUERA, Jorge (1997) *Caminos del Che*. Plaza y Valdés. México D.F.
- SILVERMAN, Bertram (1973) *Man and socialism in Cuba: the great debate*. Atheneum. Nueva York.
- STALIN, José (1976) Problemas económicos del socialismo en la URSS. Pasado y presente. N° 205. Córdoba (Argentina).
- SUAREZ, Luis (1989) *Pensar el Che*. (Tomos I y II). Editorial José Martí. La Habana.
- TAIBO II, Paco Ignacio (1996) *Ernesto Guevara, también conocido como el Che*. Planeta. Barcelona.
- TABLADA, Carlos (1997a) *Che Guevara: economía política en la transición al socialismo*. Pathfinder. Nueva York.
- (1997b) El marxismo del Che. *Utopías Nuestra Bandera* n° 173, Vol. 3. Pags.111 – 141. Partido Comunista de España. Madrid
- VUSKOVIC, Pedro y otros (1987) *Che Guevara en el presente de América Latina*. Contrapunto. Buenos Aires.
- SWEEZY, Paul y BETTELHEIM, Charles (1973) *Algunos problemas actuales del socialismo*. Siglo XXI. Madrid.
- TROTSKY, León (1968) *En defensa del marxismo*. Akal. Madrid.
- (1991) *La revolución traicionada*. Fundación Federico Engels. Madrid.
- TURNER, L. (1999) *El pensamiento pedagógico de Ernesto Che Guevara*. San Luis. La Habana.
- VALDES PAZ, Juan (2000) Todo es según el color del cristal con que se mira. *Temas* 18 – 19. La Habana.